

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA**

THAYNA CARVALHO GOMES

Censura em biblioteca escolar: o controle da informação

São Paulo
2023

THAYNA CARVALHO GOMES

Censura em biblioteca escolar: o controle da informação

Monografia apresentada ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Gomes, Thayna Carvalho
Censura em biblioteca escolar: o controle da
informação / Thayna Carvalho Gomes; orientadora, Ivete
Pieruccini. - São Paulo, 2023.
74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Biblioteca escolar. 2. Censura. 3. Controle
informacional. 4. Brasil. I. Pieruccini, Ivete. II.
Título.

CDD 21.ed. - 020

THAYNA CARVALHO GOMES

Censura em biblioteca escolar: o controle da informação

Monografia apresentada ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Vânia Mara Alves Lima
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Carmem Lúcia Batista
Centro Universitário Assunção

A minha mãe, minha maior incentivadora, pela educação que me deu e pelo amor que me dedica.

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória na Biblioteconomia e o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso contaram com o incentivo e a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

A minha mãe, por me incentivar nos estudos, por sempre ter amor e zelo por tudo que faz por mim, e por todas as comidas preparadas com tanto carinho para me animar nos momentos de estresse. Ao meu pai, pelo apoio e pelos docinhos após dias cansativos de estágio. Aos meus irmãos, por me incentivarem e me apoiarem nas minhas escolhas.

Aos meus amigos, Nuno, Haru e Felipe, por me incentivarem a escolher a Biblioteconomia, pelos caminhos que trilhamos juntos, desde da época do vestibular, por todas as conversas, desabafos e auxílio nas crises existenciais. Obrigada por sempre estarem presentes.

A todos os meus amigos que me apoiaram e me incentivaram, e por tirarem um tempinho para as conversas sobre a vida em alguma mesa de restaurante. Vocês tornam a vida mais fácil.

A Denise, por ter compartilhado comigo essa experiência, por todo auxílio e parceria durante os trabalhos das disciplinas do curso, por me ajudar nos momentos de desespero e por tornar a graduação mais leve.

A bibliotecária Camila Zanini, por todos os ensinamentos, pela generosidade e confiança durante o meu processo de aprendizagem e desenvolvimento no período de estágio. Agradeço por deixar o clima da biblioteca sempre agradável e divertido.

A todas as pessoas que fazem ou já fizeram parte da equipe da Biblioteca Santa Clara. Obrigada pelo acolhimento, ensinamentos e trocas tão significativas.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr^a. Ivete Pieruccini, pelo apoio durante o desenvolvimento deste trabalho, pela dedicação e por todo o aprendizado. E a todos os professores do Departamento de Informação e Cultura, pelos ensinamentos e pela ajuda na construção da minha relação com a Biblioteconomia.

Aos colegas de graduação, ingressantes de 2020, que trilharam esse caminho comigo. Desejo sucesso a todos vocês.

O incentivo e apoio de todos foram essenciais para a minha formação. Muito obrigada!

“Quem quer impedir os outros de refletir por conta própria tem que começar muito cedo. Tem que começar proibindo a imaginação. E por isso, se quisermos combater a censura, não será ridicularizando seus excessos, mas contestando o seu cerne. Não será zombando de seus erros, mas defendendo a capacidade que tem o pensamento - e a fantasia - de criar mundos novos.”

(Ribeiro, 2020, p. 20)

RESUMO

GOMES, Thayna Carvalho. **Censura em biblioteca escolar:** o controle da informação. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A censura afeta diretamente o cumprimento das funções educativas, culturais e sociais das bibliotecas escolares, e consequentemente, a formação dos sujeitos. Este trabalho analisa os tipos de censura e os seus impactos nos papéis do dispositivo biblioteca escolar. A censura é apresentada na história da humanidade como instrumento para a manutenção de poder e controle da sociedade. O uso da censura nas bibliotecas escolares, espaço destinado ao desenvolvimento de crianças e jovens, é uma forma de controlar os sujeitos desde cedo. A desvalorização das bibliotecas escolares em razão de sua formação histórica fragmentada e problemática, com longos períodos de esquecimento, apresenta-se nesse cenário como impulsionador das práticas de censura. Nessa conjuntura, buscou-se apresentar os diferentes tipos de censura, como a explícita e a implícita, e as suas interferências no cumprimento das funções de bibliotecas escolares. Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfica com objetivo de expor aspectos relacionados às origens da censura brasileira, à formação das bibliotecas escolares no Brasil e aos modelos de censura encontrados no dispositivo biblioteca escolar, pretendendo-se a compreensão e reflexão das conexões entre os tópicos. A abordagem da temática requisiitou o uso de artigos e textos além da área da Biblioteconomia, sendo necessário recorrer também à área da Educação e da História. Concluiu-se que as bibliotecas escolares possuem dificuldades no cumprimento de suas funções educativas, também devido às intervenções da censura, assim, mostrou-se a necessidade da abertura de diálogo sobre o tema, visando a reflexão, planejamento e tomada de decisão para solucionar a problemática.

Palavras-chaves: Biblioteca escolar; Censura; Controle informacional; Brasil

ABSTRACT

GOMES, Thayna Carvalho. **Censorship in school in library:** the control of information. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The censorship affects directly the fulfillment of educational, cultural and social functions of the School Library, and consequently, in the formation of people. This work analyzes the types of censorship and the impacts of this censorship in the school library institutions actuations. In the history of humanity censorship was used as an instrument to preserve the power and the control of the society. The use of censorship in school libraries, the place with the development objective of childrens and young people, it's a earlier way to control the people. The depreciation of school libraries due to their fragmented and problematic historical formation, with long neglect periods, appears in this situation as a stimulus to censorship practices. In this context, the different types of censorship were presented, like explicit and implicit censorship, and the fulfillment inferences of functions of school libraries. For this, a bibliographical research was conducted with the objective to expose the origins of aspects of brazilian censorship, the formation of school libraries in Brazil and the models of censorship present in the place, seeking the comprehension and reflections of the connections in the topics. This theme has the necessity of expansion for education and history areas, with the uses of articles and texts beyond the Librarianship area. In the end, it was concluded, the school libraries have difficulties to fulfill their functions because of the intervention of censorship, so, it was needed to open the dialogue about this theme, with the objective of reflection, planning and decision-making to solve the problem.

Keywords: School Library; Censorship; Information Control; Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Metodologia	14
2 CENSURA NO BRASIL: O CONTROLE DA INFORMAÇÃO	15
2.1 O que é censura?	15
2.2 Origens da censura	15
2.3 Censura luso-brasileira	16
2.3.1 Censura no período Joanino	18
2.3.2 Censura no período de Independência	19
2.3.3 Censura no Império	20
2.4 Censura na República Velha	21
2.5 Censura na Era Vargas	22
2.6 Censura na Quarta República	25
2.7 Censura na Ditadura Militar	26
2.8 Censura na Nova República	27
3 ORIGENS DE BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL	29
3.1 Influências francesas	29
3.2 O desenvolvimento de bibliotecas escolares no Brasil Colônia	29
3.3 O Movimento Escola Nova	33
3.3.1 As bibliotecas escolanovistas.....	35
3.4 A biblioteca escolar no Brasil no final do século XX e início do século XXI	38
4 A CENSURA NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	43
4.1 A interferência da censura nas bibliotecas escolares	43
4.2 Organização e tratamento da informação	45
4.2.1 Catalogação em bibliotecas escolares e a censura prévia implícita	47
4.2.2 Indexação em bibliotecas escolares e a censura prévia implícita	49
4.2.3 Classificação Bibliográfica em bibliotecas escolares e a censura prévia implícita	50
4.3 Censura por temática	52
4.4 As práticas restritivas e controladoras da informação	58
4.5 Restrições no espaço informacional	60

4.6 Biblioteca escolar progressista 61

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 65

REFERÊNCIAS 68

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo discorrer sobre a censura em bibliotecas escolares, evidenciando a problemática do controle informacional presente em ações cotidianas da rotina bibliotecária, como os processos de classificação, indexação, catalogação descritiva, seleção de acervo e expurgo de materiais em razão das temáticas. Assim, o texto busca dissertar sobre as implicações da censura no cumprimento das funções educacionais, culturais e sociais das bibliotecas escolares na construção de sujeitos críticos e conscientes.

A censura é utilizada como instrumento essencial para manutenção do controle da sociedade desde antiguidade. Atos de impedir e proibir a propagação de ideias contrárias a figuras ou sistemas detentores de maiores poderes, econômicos, políticos, sociais e culturais, são encontrados de diferentes formas ao longo da história do Brasil. Nesse sentido, a proibição de acesso à informação, primordialmente e historicamente, dada através da censura de livros, foi um dos principais métodos dos regimes autoritários para controlar a produção dos materiais e sua disponibilização, e consequentemente, conter a propagação das ideias.

As bibliotecas surgiram como dispositivos de memória, para guarda e preservação das informações e do conhecimento. Posteriormente esses dispositivos também receberam a função de serem centros ativos de saberes. Entretanto, durante a história da humanidade, os livros e as bibliotecas mantiveram-se restritos à uma pequena parcela da sociedade, a que detinha maiores poderes econômicos e sociais. Com as transformações ao longo da história, as bibliotecas, e consequentemente, os livros e as informações e conhecimentos neles contidos, começaram a expandir-se pela sociedade.

Governos autoritários enxergaram na democratização da informação um perigo para sua existência, instalando barreiras que impedissem a liberdade de pensar. As bibliotecas, em razão de suas funções de disseminar e possibilitar o acesso e apropriação das informações, do conhecimento e da cultura passaram a ser perseguidas e atacadas. E mesmo com os avanços democráticos, ainda nota-se vestígios de práticas de manutenção do controle informacional nas bibliotecas, através do uso da censura.

Nesse contexto, as bibliotecas escolares são importantes instituições que atuam como agentes transformadores na sociedade, servindo de centro ativo de aprendizagem, incentivando e propiciando práticas pedagógicas, lúdicas e culturais que contribuem com a formação do senso crítico, a apropriação dos saberes e a liberdade intelectual dos estudantes. Porém, para o cumprimento de suas funções, é indispensável que os alunos consigam ter liberdade de acessar, usar e apropriar-se da biblioteca escolar.

Ressalta-se que uma das funções da Biblioteconomia é tratar as informações para disponibilizá-las aos usuários. Com isso, o desenvolvimento de modelos, normas e regras de organização e tratamento da informação tornaram-se parte do trabalho dos profissionais bibliotecários. Com o avanço dos estudos da área, metodologias e padrões de classificação, indexação e catalogação descritiva ganharam notoriedade e passaram a serem adotados pelos dispositivos.

Entretanto, os usuários de bibliotecas escolares encontram dificuldades em acessar e apropriar-se das informações, e consequentemente, do conhecimento e da cultura, em razão dos métodos utilizados para organizar e disponibilizar os documentos, com normas e regras que não fazem parte dos contextos dos estudantes, e que não respeitam os níveis de aprendizado e desenvolvimento das crianças e jovens. Assim, nota-se uma espécie de autocensura das bibliotecas escolares através da restrição de acesso à materiais em decorrência de tratamentos informacionais ineficientes aos perfis dos usuários.

Ainda constata-se a censura temática, causada principalmente pela pressão das instituições educacionais, de documentos com conteúdos tidos como inadequados por razões políticas, religiosas, culturais e pessoais. Nesse aspecto, a censura ocorre com ações que proíbam o estudante de acessar o documento, como a não inclusão ou retirada de materiais do acervo. A censura temática também interfere nas práticas da rotina bibliotecária, incentivando e propiciando ações de autocensura pelo próprio dispositivo.

A história da formação das bibliotecas escolares no país é marcada por longos períodos de esquecimento e descaso, refletindo a situação do desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro, e resultando na construção de dispositivos fragmentados e desvalorizados, pela sociedade e pelas próprias instituições educacionais. Assim, essa conjuntura problemática contribui com a criação de contextos que facilitam as práticas de censura.

Impossibilitar ou dificultar o acesso aos documentos, coloca barreiras no desenvolvimento educacional dos estudantes, tornando os processos de ensino e aprendizagem defasados. A censura ainda atinge a função cultural do dispositivo de ser um espaço de memória, pois impede que o estudante tenha acesso à memória cultural da sociedade, incapacitando-o de compreender os contextos culturais e sociais que o permeiam. A atuação da censura ainda expõe a fragilidade da democracia no país, e a necessidade de luta para a manutenção e fortalecimento da construção de uma sociedade democrática.

O presente trabalho disserta sobre as formas e as interferências da censura nas bibliotecas escolares. Para tratar tal temática, foi necessário o emprego de uma abordagem interdisciplinar. Nessa perspectiva, a monografia inicia-se com a exposição histórica da

censura, com enfoque principal no Brasil e as origens dos modelos censuradores lusitanos. Na segunda parte, o trabalho discorre sobre as origens e formação problemática das bibliotecas escolares no país, levantando e relacionando o tópico com pontos do campo da Educação. Por fim, o texto preocupa-se com os tipos de censura encontrados nas bibliotecas escolares, e em como essas ações censuradoras interferem nas funções do dispositivo e na formação dos sujeitos na sociedade.

Com isso espera-se contribuir com estudos referentes aos tipos de censura encontrados nas bibliotecas escolares, destacando os problemas e as ameaças da censura no cumprimento das funções educativas, culturais e sociais do dispositivo. As bibliotecas escolares possuem importante papel na formação dos sujeitos, colaborando com os processos de ensino e aprendizagem para além das salas de aula e possibilitando o enriquecimento cultural, inclusive viabilizando o direito à memória cultural. Assim, as bibliotecas escolares precisam ser reconhecidas como um instrumento essencial para o desenvolvimento do país e manutenção e fortalecimento da democracia.

1.1 Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho aplicou-se o método de pesquisa bibliográfica qualitativa (Severino, 2013). Fez-se uso de recursos de buscas, como a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), o Catálogo Bibliográfico da Universidade de São Paulo e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), para encontrar documentos pertinentes ao tema abordado.

A seleção bibliográfica tem foco em materiais da área da Biblioteconomia, em especial os relacionados ao tratamento e organização da informação. Mas também possui caráter interdisciplinar, ao abordar tópicos históricos, educacionais, culturais, políticos e sociais para embasar a argumentação da temática trabalhada.

Com o referencial teórico selecionado e definido, fez-se uma análise do tema proposto e dissertou-se sobre as problemáticas envoltas à proposta, buscando contribuir com a argumentação e reflexão da censura nas bibliotecas escolares e os mecanismos de controle informacional nesses dispositivos.

2. CENSURA NO BRASIL: O CONTROLE DA INFORMAÇÃO

2.1 O que é censura?

O termo censura está atrelado às ações de proibir ou dificultar a autonomia de terceiros, interferindo na liberdade intelectual através do controle do que se lê, expressa, questiona e pensa (Oliveira; Castro, 2017). Assim, a censura comumente é utilizada como instrumento por governos, organizações e pessoas, que buscam a manutenção e controle de poder, ordem social ou moral, fiscalizando e determinando o que pode ou não ser produzido, reproduzido, divulgado e disseminado, de acordo com julgamentos subjetivos, com o principal objetivo de coibir ou vetar qualquer manifestação que possa abalar as estruturas das ordens e poderes sociais, políticos e culturais.

A censura pode ser entendida como forma deliberada de omitir e/ou controlar informações, por meio de ações coercitivas sobre veículos de comunicação social, inviabilizando a livre circulação da informação, e consequentemente, do conhecimento. As ações censuradoras ainda são utilizadas no campo das expressões artísticas, com o mesmo propósito de manutenção da hegemonia ideológica, tentando evitar alterações de pensamento, comportamento e paradigmas políticos e morais da sociedade.

Como forma de utilizar a censura como instrumento de manutenção do poder, governos autoritários e ditoriais institucionalizam a censura, isto é, criam leis para que seja legitimada, ficando livres para controlar a produção e circulação das informações. Nesse sistema, a sociedade não possui autonomia de buscar, acessar e apropriar-se de informações que não estejam alinhadas aos pensamentos e interesses do Estado.

Oliveira e Castro (2017) definem a censura como uma dominação do poder, que pode atuar de maneira implícita, de forma velada e progressivamente continuada, causando naturalidade nas ações censuradoras, dificultando inclusive a percepção de quem pratica e de quem sofre esse tipo de censura. Sendo assim, a atuação da censura implicitamente pode ocorrer inconscientemente, em razão da naturalização das ações, de acordo com os contextos dos ambientes e das situações (Moddy, 2005. *apud*. Oliveira; Castro, 2017).

2.2 Origens da censura

Quando fala-se de censura comumente remetemos aos períodos mais tenebrosos de suas fases, como o *Estado Novo* de Getúlio Vargas (1937-1945) ou da Ditadura Militar

Brasileira (1964-1985) ou, ainda, de regimes totalitários como os ocorridos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e daqueles originados no pós guerra, os quais fizeram da censura um de seus principais instrumentos para o controle da produção e propagação das informações e ideias, e respectivamente da sociedade, antes do século XX.

A historiadora Anita Novinsky (1997) pontua que apesar da censura vigorar mais fortemente após a invenção da imprensa, ações proibitivas de propagação de pensamentos contrários a certas correntes ocorreram ainda em períodos do Império Romano, como quando o Imperador Constantino, convertido ao cristianismo, destruiu com fogo obras pagãs, dando início às ações de censura praticadas pela Igreja.

Nesse contexto, é importante ressaltar que as bibliotecas surgiram no segundo milênio a.C para preservar a memória, as informações e o conhecimento, e com o tempo foram tornando-se fontes de saberes. Entretanto, também salienta-se que as influências religiosas, seu caráter de exclusão das camadas mais pobres da sociedade e os seus acervos fechados, configuraram no início da censura pelas bibliotecas.

2.3 Censura luso-brasileira

Em Portugal, no século XVI, a Igreja passou a ter o total controle dos impressos no país, com medo dos mercadores e da importação de ideias, a Inquisição espalhava-se e dominava os portos e fronteiras, tentando controlar as informações que vinham do estrangeiro (Novinsky 1997). Consequentemente, a censura também foi exportada para as colônias portuguesas, em razão do temor do contato dos colonos com a literatura herética, ainda mais preocupante para a Igreja e para o Estado Português.

De acordo com Luiz Carlos Villalta (1997), a censura luso-brasileira estava relacionada com a Reforma Católica, com um ideal pautado no antiprotestantismo, ou seja, baseado na Contrarreforma. Nesse aspecto, uma das principais criações foi o Concílio de Trento, responsável pela reafirmação dos dogmas do catolicismo, dentre eles, a organização do *Index librorum prohibitorum*. Essa lista de proibição não ficou reservada apenas para as obras e escritores protestantes, houve filósofos e cientistas, como Nicolau Maquiavel e Galileu Galilei, que também foram censurados, percebendo-se, assim, a expansão de proibição não somente de obras religiosas, mas também da ciência e de textos de ordem política.

Com a entrada do século XVIII, a estatização da censura corroborou com o foco na proibição das obras de cunho político. Em Portugal foi criada a Real Mesa Censória que, de

acordo com Villalta (1997), era composto para garantir os interesses do Reformismo ilustrado português, realizando uma seleção das ideias da Luzes que não ofereciam perigo ao poder Absolutista e aos domínios coloniais. A Real Mesa Censória encarregou-se da elaboração de um novo Index expurgatório, e, sob influências do Marquês de Pombal, a censura começou a ser tirada das mãos da Igreja, inclusive com episódios de prisões e perseguições a bispos¹ que criassem novas listas de proibição sem a autorização do Estado Português.

A partir disso, observa-se uma nova cultura sendo instalada em Portugal, qual seja, a de ataque às correntes milenaristas, principalmente aos jesuítas e em especial ao Padre Antônio Vieira, com o propósito de fortalecimento da Coroa em detrimento da Igreja. No novo Index havia dezessete condições proibitivas de livros, das quais sete estavam relacionadas à literatura jesuítica (Villalta, 1997).

Entretanto, com o Reinado de Dona Maria I houve um recuo nas medidas pombalinas, dando espaço para gradativamente a Igreja voltar a ter papéis de destaque na proibição de livros. Nesse aspecto, a Igreja ficou responsável em analisar os livros de caráter religioso, reinstalando a ideia de proibir obras que atentassem contra a salvação dos homens, enquanto os materiais laicos, isto é, os políticos e científicos, ficaram sob responsabilidade da Coroa.

A Inquisição criou a Censura Preventiva como forma de manter o controle sob a produção e circulação de livros, impondo a obrigatoriedade de duas licenças, uma da Inquisição e outra do Bispo, para a produção de qualquer título, bem como também contrataram revedores, ou seja, nomearam revisores encarregados de fiscalizar e analisar a produção e circulação de livros em Portugal (Martino; Sapaterra, 2006). Esses funcionários da censura visitavam naus e livrarias em busca da entrada e venda de livros proibidos, e quando encontrados materiais censurados, encaminhavam uma denúncia ao Tribunal do Santo Ofício.

Em nosso país, os profissionais da censura preocupavam-se principalmente com as obras protestantes ou que colocassem em dúvida os dogmas do catolicismo, e por esta razão, todos os livros chegados à colônia precisavam passar pela análise de vigários. Entretanto, haviam livreiros que conseguiam passar pela alfândega com livros proibidos por causa da incoerência dos vigilantes postos em cada localidade, evidenciando falta de unificação das regras de censura, distintas de acordo com cada ponto da colônia.

Com a percepção do Estado Português da dificuldade de controlar a entrada de obras proibidas em seus territórios e colônias, criou-se autorizações para a aquisição e posse de

¹ Em especial a prisão de D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra, que fez uma carta pastoral com uma lista de leituras proibidas (Villalta, 1997).

livros censurados (Villalta, 1997). Porém, esse processo evidenciava os privilégios que pessoas mais abastadas economicamente e influentes na nobreza e Igreja possuíam, pois as licenças eram fornecidas de acordo com os ofícios dos requerentes, sendo agraciados aqueles com cargos de destaque sob a vista da Coroa.

2.3.1 Censura no período Joanino

Com forte domínio e influência lusitana, a colônia brasileira espelhava as ações de censura de Portugal mas, de acordo com Algranti (1997), no caso do Brasil havia uma expansão e intensificação causadas por medo de perda de poder colonial, principalmente em razão da instabilidade da Coroa portuguesa frente ao exército de Napoleão. Assim, a censura não se restringiu somente aos livros, mas também à proibição de tipografias, alcançando o precário sistema de ensino, a falta e o desinteresse na criação de universidades, e até o fechamento de academias científicas².

A fuga de D. João e o estabelecimento da Corte no Brasil incentivaram a criação da Imprensa Régia, inicialmente responsável somente pela impressão da legislação e documentos de ordem diplomática. Porém, posteriormente, também foi utilizada como instrumento de censura, nomeando censores para sua tipografia, controlando a produção e circulação da literatura no Brasil.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil houve diversas transformações no Rio de Janeiro, em especial a criação da Biblioteca Nacional, que inicialmente continha apenas documentos portugueses, um acervo fechado e permissão restrita de uso para estudiosos, assim, expondo o controle português sobre o conhecimento registrado.

Ainda destaca-se o emprego de censores civis para o Desembargo do Paço e a criação da Intendência da Polícia do Rio de Janeiro, afim de fiscalizar e controlar a entrada de livros nos portos, a venda por livreiros e a produção ilegal fora da Imprensa Régia. Evidencia-se que a atribuição dos novos ofícios e as instituições estavam pautados nos princípios do Absolutismo, pois todas as decisões finais de autorização e proibição de materiais precisavam do aval do rei.

Algranti (1997) salienta que haviam problemáticas referentes aos processos de fiscalização e proibição de livros, pois eram comuns listas com títulos incompletos e sem o

² Havia no final do século XVIII algumas academias científicas no Rio de Janeiro, pautadas no ensino e aprendizagem, onde parte dos homens da elite faziam experiências, refletiam e discutiam a ciência e a política (Algranti, 1997).

nome do autor ou outras descrições da obra. Da mesma forma que a crescente produção de materiais também mostrou-se uma barreira aos censores, ocasionando brechas para a entrada e circulação de materiais proibidos. Além disso, os encarregados da censura começaram a liberar a circulação de obras conforme suas opiniões e interesses pessoais, recebendo propinas para não seguir as listas ou encaminhar denúncias para as instituições do região, estabelecendo uma espécie de censura seletiva.

No período Joanino observava-se a censura prioritária de materiais de caráter político, como obras sobre a Revolução Francesa, que eram consideradas um perigo à manutenção do poder Absolutista de Portugal. Mas aos poucos a circulação da literatura novelística começou a ganhar espaço na preocupação dos censores, uma vez que o gênero era tido como ameaça por despertar a imaginação da juventude, principalmente do sexo feminino.

Assim, notava-se a postura da Corte portuguesa de tentar proibir materiais que pudessem ocasionar problemas ao Absolutismo, em meio à fragilidade da Coroa ocasionada pela expansão napoleônica. Portugal tentava a todo custo inibir as ideias revolucionárias de independência da colônia, por isso o fechamento das academias científicas e a preocupação com o acesso dos jovens à literatura que despertava a imaginação, e consequentemente a liberdade intelectual.

2.3.2 Censura no período de Independência

Os esforços da Coroa Portuguesa em manter o seu poder e domínio através do controle informacional, fiscalizando e proibindo livros revolucionários, de caráter político e filosófico, começaram a mostrar-se ineficientes, a medida que os livros, principalmente de literatura francesa, adentravam face as listas incompletas e opiniões, e interesses, pessoais dos censores e do público leitor. Referente a isso, Neves (1997) diz que:

O rigor da censura não constituiu um obstáculo intransponível, para a circulação de livros proibidos no mundo luso-brasileiro. Muitas vezes, a simples interdição de um livro pela censura despertava a curiosidade do público. E as obras chegavam por intermédio de indivíduos vindos do exterior, ou por meio de contrabando (Neves, 1997, p. 128).

Apesar de a censura incitar a curiosidade do público leitor em buscar as obras proibidas, é necessário relembrar que a leitura na época ainda era símbolo e *status* de poder, sendo destinada a uma pequena parcela da população detentora de maiores condições financeiras e alfabetizada, o que facilitava o custeamento dos contrabandos.

Entretanto, as ideias do movimento liberal expandiram-se, e a Revolução de 1820 impulsionou o início de uma comedida liberdade de Imprensa, corroborando com o desenvolvimento da circulação de folhetos, jornais e panfletos. Os escritos tinham teor político, com linguagem didática e sem assinatura do autor, pois o anonimato era uma forma dos autores se protegerem das instituições de censura.

Essa ascensão da produção e circulação dos folhetos, jornais e panfletos, propiciou o desdobramento da leitura dos documentos em público, e consequentemente, a disseminação dos conteúdos dos documentos através da oralidade, estimulando discussões públicas, em especial as de caráter político, quebrando as barreiras literárias da elite e fortalecendo os movimentos revolucionários das camadas mais pobres da sociedade.

De acordo com Neves (1997), a Corte portuguesa tentou manter as medidas de controle da circulação dos materiais revolucionários, mas por pressão e pela intensificação dos problemas nos processos de censura, em 1821, Portugal proclamou a Liberdade de Imprensa, e no Brasil D. Pedro I viu-se obrigado a seguir os passos do Estado Português, extinguindo a Censura Prévia, porém ainda mantendo e criando algumas ações de controle literário, como a proibição dos anônimos das obras, objetivando responsabilizar os escritores pela produção de materiais com temáticas ditas proibidas.

Em 1822, instalou-se conflitos ideológicos entre os que defendiam a soberania governamental do povo, tendo como chefe D. Pedro I, e os que reconheciam o príncipe regente como soberano legal por direito advindo da dinastia (Neves, 1997). Os dois grupos tentaram controlar a difusão das informações e do conhecimento, porém as ações de Portugal mostraram-se insuficientes, pois a disseminação dos ideais de independência já tinham se alastrado por toda a colônia, obrigando D. Pedro I a proclamar a Independência do Brasil.

2.3.3 Censura no Império

Com a independência esperava-se a adoção de uma república laica, mas o país tornou-se uma monarquia católica, ainda com as produção e circulação de informações sendo controladas pela Coroa portuguesa e pela Igreja. Porém, os livros proibidos ainda entravam clandestinamente pelos portos, e os romances se alastraram por todo o território, de modo que os censores perderam o controle e começaram a ignorar a circulação de certos títulos.

A Igreja nesse período apresentava-se em duas frentes com ideais distintos, uma mais conservadora, baseada nos ensinamentos romanos e obscurantista, enquanto a outra era

influenciada pela liberalismo com adesão de formados de escolas de Direito³ (Martins, 1997). Assim, a Igreja também expandiu os seus domínios para a área da Educação, que ainda estava se desenvolvendo de maneira gradativa, mas já controlada pela religião.

Entretanto, quanto mais a economia se expandia, em um contexto cafeeiro, São Paulo tornava-se um centro de discussão das ideias, desenvolvido principalmente pelos acadêmicos de Direito, estimulando a modernização das comunicações, reivindicando o Estado laico e divulgando os ideais republicanos e abolicionistas. Nesse contexto, Martins (1997) menciona a importância dos trens e ferrovias para a circulação de livros, jornais e folhetins, fazendo as informações chegarem nas localidades rurais e mais afastadas dos centros.

Com a dificuldade em controlar a propagação das ideias e a ascensão do republicanismo, o Império tentou mudar um pouco as táticas de censura, focando nas práticas proibitivas relacionadas à moral, ditando quais seriam as leituras adequadas para as famílias, com distinções de acordo com o gênero dos leitores. Entretanto, todo o cenário já montado pela oposição, facilitou a descontrole das novas medidas e a total ineficiência na tentativa de contenção da Proclamação da República.

2.4 Censura na República Velha

Com a Proclamação da República, em 1889, o Governo Provisório, receoso da reação da monarquia, impôs um decreto de censura no país, com um tom ameaçador e apoiado por renomados republicanos liberais, que deixava claro que haveria consequências aos opositores do novo regime governamental. Essa nova ação censuradora afetou principalmente a Imprensa, e jornalistas e tipografias sofreram perseguições e punições ao expor qualquer opinião tida como conspiratória à República.

Contudo, em um contexto de política do café com leite, a Imprensa começou a ganhar o papel de divulgadora da *belle époque*, e as medidas de censura recuaram, propiciando o desenvolvimento da variedade de assuntos, como as caricaturas críticas e a literatura tida como pornográfica (Martins, 1997). Entretanto, esses desdobramentos foram vistos pelo Governo como ameaça, e a censura caminhou novamente para tentar reprimir e controlar a produção e difusão das informações. Assim, foi instaurada a Lei da Imprensa, que perpetuou durante toda a República Velha, proibindo o anonimato das publicações e garantindo punições de acordo com o teor do texto publicado.

³ Naquele período existiam apenas duas escolas de Direito no país: a do Largo São Francisco em São Paulo (SP), e a Academia de Direito em Olinda de Recife (PE) (Martins, 1997).

Nesse período, as bibliotecas se desenvolviam, principalmente nas universidades, como centros de recursos bibliográficos e saberes, mas ainda com acervos fechados e moldados pela proibição de títulos. Além disso, elas estavam comumente associadas à instituições ligadas às elites brasileiras, como as de ensino superior, excluindo as camadas menos favorecidas da sociedade, mantendo o acesso informacional a uma pequena parcela da população.

Dentre as perseguições e punições da censura na República Velha, se destaca o caso de Gilberto Freyre: o autor de *Casa Grande & Senzala* ficou conhecido como *O Pornógrafo de Recife*, porque além de seus textos reflexivos e críticos sobre as relações do Brasil com a escravidão e a Igreja, também explorou a formação da família brasileira sob uma ótica sexual, e na época como o assunto era tratado de forma estigmatizada, o autor acabou sofrendo perseguições da Igreja, de jornalistas, políticos e da sociedade, que passaram a desmoralizar o autor e suas obras.

Nessa conjuntura, o autoritarismo cada vez mais forte durante a República e as suas ações censuradoras e mandatórias, como o voto de cabresto e as trocas de favores entre as oligarquias, impulsionaram uma grande quantidade de revoltas⁴ e a criação do tenentismo⁵, e por conseguinte, as bases da Velha República começaram a ruir e dar espaço à Revolução de 1930.

2.5 Censura na Era Vargas

Apoiado pelas dissidências oligárquicas e pelos tenentistas, Getúlio Vargas aproveitou a Revolução de 1930 para subir ao poder, impedindo a posse do então eleito Júlio Prestes. Vargas utilizou os primeiros anos de Governo para centralizar o poder, dissolver o Congresso Nacional e reforçar a propaganda política, e embora tenha recuado em alguns pontos por causa da Revolução Constitucionalista de 1932⁶, ainda conseguiu garantir a construção de bases para sustentar futuramente o *Estado Novo*.

O Estado Novo marcou a Era Vargas como o período mais autoritário, em que a censura mostrou-se um grande instrumento para o controle informacional, e consequentemente para a manutenção do poder de Vargas. Nesse contexto, criou-se o

⁴ Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, a Guerra do Contestado, a Guerra de Canudos e a Coluna Prestes.

⁵ Movimento orquestrado pelas camadas mais baixas do exército brasileiro que estavam insatisfeitas com o governo da República Velha.

⁶ Movimento Paulista liderado por grupos que estavam insatisfeitos com o Governo Provisório em razão da demora de Vargas em realizar eleições para uma Nova Constituinte, que garantiu a nomeação de governador nascido em São Paulo para o estado e a realização da eleição de 1933 para uma nova constituinte.

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para censurar os opositores e fortalecer as propagandas do Governo, fiscalizando e controlando todos os meios de comunicação do país. Posteriormente, foi anexado ao DIP o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), intensificando as ações de censura e trabalhando com a disseminação da propaganda de Getúlio Vargas como o *Pai dos pobres*.

Havia uma preocupação com a expansão do comunismo e do anti nacionalismo, com destaque para o Plano Cohen, usado pelo Governo para forjar uma ameaça de tomada de poder pelos comunistas, a partir da manipulação pela Imprensa e do controle informacional, para alarmar todo país. O falso episódio de golpe ilustra exatamente o modo de dominar a sociedade e manter o poder, através do medo, umas das principais características dos governos autoritários.

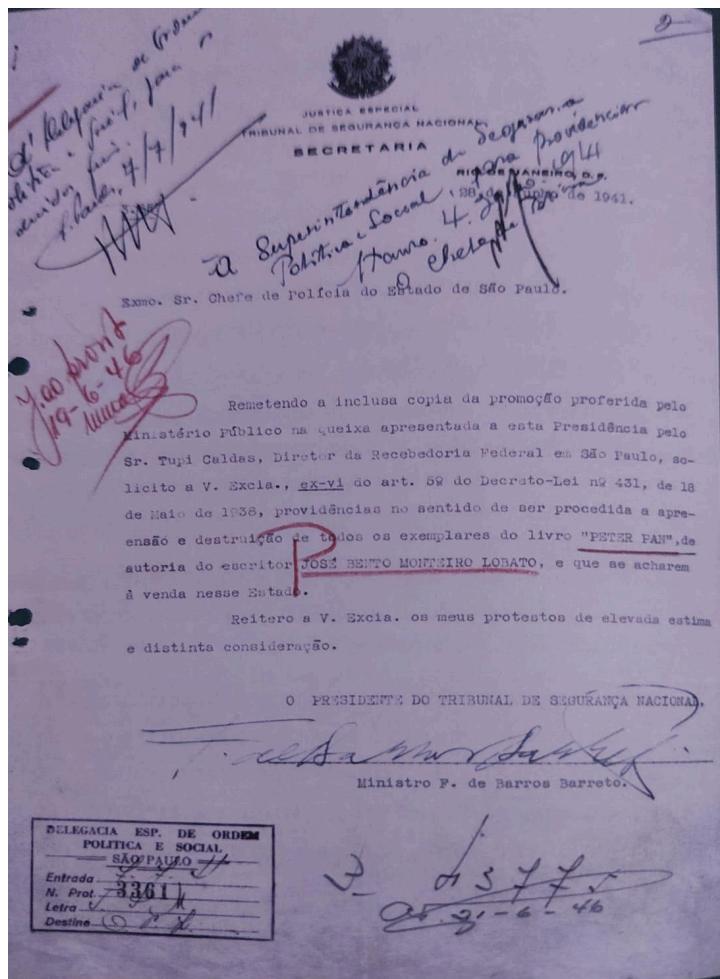
O controle da literatura mostrou-se essencial para a manutenção do Estado Novo, levando Vargas a perseguir e punir qualquer obra ou autor que considerasse contrário ao seu governo e seus ideais. Dentre esses episódios de censura, destaca-se os vivenciados por Monteiro Lobato, que comumente relatava e denunciava, através da escrita, as práticas autoritárias e abusivas do Governo.

O Estado Novo tomou ações para silenciar Lobato e seus personagens, com a abertura de investigações, prisões e proibições ao autor. As obras infantis de Monteiro Lobato eram consideradas perigosas à manutenção do Governo. Dentre os títulos do autor, ressalta-se *Peter Pan*, obra acusada de atentar contra a segurança nacional. Camargos e Sacchetta (1997) pontuam um dos trechos expostos como exemplo de perigo à nação:

Dona Benta explica à Pedrinho o funcionamento do sistema de cobrança de impostos instituído pelo governo, que coloca “selos em todas as coisas que vem de fora, a torto e direito, só pela ganância de arrancar dinheiro do povo para encher a barriga dos parasitas”. Aconselhava Pedrinho a criar uma lei acabando com a “pouca vergonha” de cobrar altos impostos até sobre cavalinhos de pau trenzinhos de folha, patinhos de celulóide, gaitas de assoprar e bonecos, quando fosse presidente (Camargos; Sacchetta, 1997, p. 231).

Os autores ainda acrescentam que além de Lobato denunciar as ações autoritárias e abusivas do Estado Novo, ainda apontava e explorava os costumes dos meninos da roça, que brincavam com bonecos artesanais de panos velhos e sabugos de milho, elucidando a imagem de um Brasil rural e pobre, contrária à ideia que o governo tentava passar de um país industrializado e avançado (Camargos; Sacchetta, 1997).

Figura 1 - Ordem de apreensão e destruição dos exemplares de *Peter Pan* de Monteiro Lobato



Fonte: Acervo Projeto Monteiro Lobato *apud*. Camargos; Sacchetta, 1997. p. 230.

Nesse contexto, a releitura de *Peter Pan* por Monteiro Lobato foi censurada, acusada de influenciar as crianças do país com conteúdos anti nacionalistas e deformadores de caráter, atentando contra o programa de educação do governo. Em decorrência, os exemplares da obra foram apreendidos das livrarias e bibliotecas, principalmente as escolares, de todo o Brasil, para depois serem queimadas. Em uma carta a Vicente de Magalhães, Monteiro Lobato comenta a retirada e queima de suas obras das bibliotecas escolares do Distrito Federal: “Imagina que desastre: o Quindim torrado, o Rabicó assado, a Emília, a Nastácia, dona Benta reduzidas a cinzas... Gente cruel, não?” (Lobato, 1937. *apud*. Camargos; Sacchetta, 1997, p. 235).

Ainda menciona-se que outras obras infantis foram censuradas durante o Estado Novo, como Tarzan, sob acusação de usar vocabulário comunista por conter a palavra “camarada” (Almeida, 1997). Ademais, os livros didáticos das escolas também preocuparam os censuradores estadonovistas, pois foram vistos como instrumento para propagar a doutrina

comunista através da educação das crianças e jovens, o que culminou na censura desses materiais e em modificações de conteúdo para adequar-se às propagandas do Estado Novo.

Com o início da Segunda Guerra, observava-se o alinhamento ideológico do Estado Novo de acordo com o nazifascismo, inclusive a Constituição de 1937 foi apelidada de Polaca por causa da inspiração ao modelo da constituição fascista polonesa. Entretanto, a posição estratégica geográfica do país fez os Estados Unidos procurarem o governo brasileiro para realização de acordos, garantindo um empréstimo de 20 milhões de dólares para serem usados na industrialização do Brasil, o que culminou no apoio do governo aos Aliados e entrada na guerra após navios brasileiros serem afundados pela Alemanha.

A contradição do Estado Novo em relação à Segunda Guerra Mundial resultou na ascensão de movimentos de manifestações contrárias ao governo, obrigando Vargas a recuar na censura e no autoritarismo, a libertar alguns presos políticos, como Luís Carlos Prestes, e tirar da ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que posteriormente começou a apoiar Vargas, resultando na insatisfação do Exército e na aplicação do golpe que impediu Getúlio Vargas de concorrer às próximas eleições acusado de estar virando esquerdista. Assim chegava ao fim a Era Vargas.

2.6 Censura na Quarta República

Após o fim do período ditatorial do Estado Novo, houve a realização de novas eleições presidenciais, momento em que os políticos se organizaram em diferentes partidos para tentar concorrer à corrida presidencial. O primeiro presidente eleito da Quarta República foi Eurico Gaspar Dutra da chapa PSD/PDT, dando início a uma democracia liberal no país.

Com o novo governo, veio também uma nova Constituição, a qual foi elaborada com ideologias liberais e contrárias ao governo estadonovista. Nesse contexto, a Constituição de 1946 ampliou direitos democráticos da população brasileira, como o fim da censura, a garantia do voto a homens e mulheres maiores de 18 anos e a devolução e restabelecimento da independência e do equilíbrio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Embora a Constituição de 1946 decretasse o fim da censura, ela excluía parte da população da garantia de direitos, como a não concessão do direito ao voto aos analfabetos e dos trabalhadores rurais aos direitos trabalhistas. Além disso, a Constituição da Quarta República, apesar de garantir o direito à greve aos trabalhadores, determinava que sua regulamentação fosse feita mediante lei futura (Silva, 2022), bem como permitia a intervenção militar na política.

Desse modo percebe-se uma nova fase da censura no governo, menos autoritária em comparação aos governos anteriores, porém com um caráter excludente das camadas mais pobres, negando-lhes o acesso aos mesmos direitos das camadas mais abastadas, garantindo o controle das decisões políticas do país à elite brasileira. Nota-se que as dificuldades impostas para a greve dos trabalhadores também configura-se em uma forma de censura, pois estabelecia limites e controlava os direitos de expressão de reivindicações dos trabalhadores.

Em relação ao controle político do país, a permissão da intervenção militar na política apontava incoerência com os novos moldes democráticos do país, e dava bases para a implementação de uma futura ditadura militar. Nesse contexto, o período da Quarta República foi marcado por tensões políticas, com grande envolvimento do exército e da elite brasileira que impulsionaram, arquitetaram e realizaram o Golpe de Estado no Brasil em 1964.

2.7 Censura na Ditadura Militar

Com a instalação da Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil vivenciou o seu período histórico mais sombrio em relação ao autoritarismo, que usou como um de seus principais instrumentos a censura. O primeiro presidente desse período, General Humberto Castelo Branco, iniciou o governo limitando o Legislativo e o Judiciário, centralizando o poder e garantindo as bases para a intensificação do controle da produção e disseminação da informação.

Como regulamentação da censura, foram criadas algumas instituições responsáveis por fiscalizar e punir tudo que fosse considerado subversivo. Nesse contexto, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o pretexto de preservar a segurança nacional através do controle das informações. Agentes do SNI infiltravam-se nas universidades, empresas, serviços públicos, igrejas, escolas e sindicatos (Rodrigues, 2019), buscando encontrar e reprimir ideologias de esquerda.

Nesse contexto, também se destaca as ações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), inicialmente atuante na coibição de crimes de ordem pública e social relacionados à “vadiagem”, como a capoeira e manifestações religiosas de matriz africana (Corrêa, 2019), posteriormente estendendo-se a repressão aos movimentos esquerdistas, efetuando perseguições, prisões, torturas e assassinatos a todos que fossem considerados contrários às ideologias totalitaristas do regime militar.

Desde o início da Ditadura Militar, o Governo controlava os fluxos informacionais, com um grande foco em censurar os meios de comunicação, intensificando as ações a partir

do AI-5. Nesse período diversos jornais e revistas tiveram seus textos proibidos de serem publicados ou obrigados a realizarem modificações determinadas pelos censores. Havia uma lista de assuntos proibidos, que orientava as instituições censuradoras, como a SNI e o DOPS, nos processos de análise e proibição da veiculação da produção cultural caso se encaixasse nos temas censurados.

Essa lista abrangia conteúdos considerados subversivos ao regime militar, proibindo qualquer tipo de manifestação escrita, audiovisual e artística, de temas relacionados a movimentos estudantis, movimentos sindicais, leis revolucionárias, violência policial, direitos humanos, situação econômica do país e críticas ao governo (Maia, 1997). Nesse sentido, autores, jornalistas, artistas, políticos e cidadãos comuns foram perseguidos e punidos, torturados e assassinados, como forma de controlar as informações e ideologias produzidas e disseminadas no país, de modo a garantir o poder governamental dos militares.

Entretanto, com a intensificação dos movimentos contrários ao regime, a má situação econômica brasileira e o desgaste de parte dos militares, o regime ditatorial iniciou um processo controlado de abertura política, recuando na censura com a revogação do AI-5. Porém, o controle da abertura foi perdido enquanto as manifestações populares pedindo a volta da democracia crescam, e embora as *Diretas Já* não tenham conseguido o seu principal objetivo, mesmo com as eleições indiretas chegava ao fim a Ditadura Militar no Brasil.

2.8 Censura na Nova República

A nova República já começou com a censura das eleições indiretas, impossibilitando a escolha presidencial pelo voto direto dos cidadãos. A partir disso, a votação do Colégio Eleitoral resultou na vitória da chapa de Tancredo Neves, cuja morte antes da posse, levou seu vice, José Sarney, ex apoiador da ditadura militar, a assumir o cargo presidencial, dando continuidade ao processo de redemocratização brasileira de maneira *lenta, gradual e segura*.⁷

Apesar de o governo impopular de Sarney, esse período foi marcado pela elaboração e implementação da Constituição de 1988, garantindo a liberdade e os direitos democráticos dos cidadãos brasileiros. Nesse aspecto, houve importantes avanços na democracia do Brasil, com o fim do controle dos meios de comunicação, com a retomada da autonomia da Imprensa, com a informação voltando a ser produzida e disseminada sem proibições e punições.

⁷ Referência à frase dita pelo presidente Geisel no início da abertura do país durante o regime ditatorial, a qual deveria se dar de maneira lenta, gradual e segura, ou seja, de forma controlada pelos militares.

Apesar de algumas tensões em certos períodos, a democracia se fortaleceria nos governos seguintes. Mas com a ascensão da extrema direita e a eleição de Jair Bolsonaro, o país retrocedeu e voltou a enfrentar a censura. Além dos constantes ataques à Imprensa, Bolsonaro também bloqueava jornalistas de suas mídias sociais, as quais eram usadas principalmente para divulgação de ações do governo, e também impedia a entrada dos funcionários de meios de comunicação no plenário federal, como tentativa de controlar as informações que eram produzidas e disseminadas sobre o governo.

E a censura estendeu-se para as instituições ligadas ao governo, como na Fundação Palmares, onde o jornalista Sérgio Camargo, escolhido para assumir a presidência da instituição pela Secretaria Especial da Cultura, retirou do acervo da instituição obras de Karl Marx, Simone de Beauvoir, Carlos Marighella, Eric Hobsbawm e outros autores apontados como esquerdistas e desvirtuadores da missão institucional da Fundação Palmares (Lima, 2021). Nesse âmbito, também merece menção a tentativa do governo de Rondônia em recolher 43 obras das escolas do estado, com títulos de Machado de Assis e Euclides da Cunha, sob alegação de serem inadequadas para os jovens.

Destaca-se ainda o episódio de censura ocorrido na Bienal do Livro no Rio de Janeiro em 2019, quando o então prefeito Marcelo Crivella recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para mandar fiscais ao evento para retirar histórias em quadrinhos da Marvel do evento, por razão da imagem de um beijo gay em uma das páginas, e coube ao Supremo Tribunal Federal derrubar a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O governo Bolsonaro fez uso da censura como instrumento de controle da produção e disseminação da informação durante todo o mandato, evidenciando a fragilidade das bases democráticas do país. Mas apesar de todas as tensões e problemas causados, o governo de Jair Bolsonaro chegou ao fim, e espera-se que com o novo governo o Brasil volte a caminhar junto da democracia, condição essencial à construção de bases à liberdade de pensamento e expressão para a sociedade como um todo.

3. ORIGENS DE BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL

3.1 Influências francesas

A história das bibliotecas escolares no Brasil mistura-se com a história da educação no país. A Revolução Francesa e os ideais iluministas influenciaram o desenvolvimento do modelo educacional francês, baseado no ensino público, laico, universal, obrigatório e gratuito. Apesar dos conflitos com a França Napoleônica, a monarquia portuguesa enxergava na educação francesa o modelo ideal a ser seguido e imposto, mas não levava em consideração os contextos políticos, econômicos e culturais distintos entre a França e o Brasil Colônia.

O modelo francês educacional teve sua elaboração a partir dos ideais do pensador Marquês de Condorcet. Esse modelo pregava que a educação universal seria responsável pela conquista da democracia através da soberania do homem sobre a ciência e a razão (Santos; Lima; Soares, 2020). Nesse aspecto, os franceses pensavam que as escolas públicas e laicas seriam imprescindíveis para alcançar a *Liberdade*, a *Igualdade* e a *Fraternidade*.

Mas enquanto a França vivenciava a Era Napoleônica, consolidando as instituições da burguesia e expandindo seus domínios pela Europa, o Brasil ainda era colônia portuguesa. Embora a vinda da Corte tenha corroborado com transformações significativas, a colônia não tinha as mesmas estruturas necessárias para adotar o modelo educacional francês com eficiência. Assim, ao invés de um ensino universal e laico, o Brasil Colônia começou a desenvolver um sistema de ensino precário, excludente e comandado pela Igreja.

3.2 O desenvolvimento de bibliotecas escolares no Brasil Colônia

Na segunda metade do século XVI o Estado Português instaurou, na Bahia, o Governo-Geral para centralizar a administração da colônia, a fim de torná-la mais lucrativa. Além do envio dos colonos para administrarem e governarem o Brasil Colônia, Portugal também enviou religiosos com o objetivo de instruir os colonos e evangelizar os indígenas. É importante lembrar que naquele momento a Inquisição espalhava-se e se intensificava, controlando e censurando a produção e disseminação da informação.

Ao Brasil Colônia foram enviados religiosos da Companhia de Jesus, da Ordem Carmelita, da Ordem de São Bento, da Ordem dos Frades Menores e da Congregação do Oratório (Oliveira; Souza, 2020). Em razão das relações políticas da Igreja Católica com a

Coroa, com acordos como o Padroado Régio⁸, a Companhia de Jesus foi a que obteve maior destaque nos processos de catequização dos indígenas e de instrução dos colonos.

Os jesuítas trouxeram em suas bagagens alguns livros para o uso em suas práticas pedagógicas. Porém, esses pequenos acervos não conseguiam atender todas as necessidades dos religiosos, assim, os jesuítas começaram a fazer cópias de cartilhas para auxiliar em seus trabalhos de alfabetização dos colonos e de catequização dos indígenas. Os padres ainda conseguiam livros através de doações da pequena e alfabetizada elite colonial⁹. Posteriormente, Portugal também enviou materiais aos padres, como bíblias e livros litúrgicos, de modo que o acervo dos jesuítas iam se construindo com materiais majoritariamente religiosos. Referente à isso, Milanesi (1983) evidencia:

Os jesuítas, principalmente eles, formavam bibliotecas em seus conventos para ensinar e aprender, utilizando os livros sobre tudo para a propagação da fé. A obra jesuítica foi fundamentalmente catequética, buscando implantar na selva o reino de Deus, tarefa memorável que exigiu daqueles missionários tenacidade acima de tudo. Essas pequenas bibliotecas conventuais alimentavam a fé, convertiam, fortaleciam a crença e também implantavam nas selvas e nas tabas o espírito apologético - a verdade da fé do colonizador (Milanesi, 1983, p. 25-26).

É a partir desses acervos dos padres jesuítas que surgem as primeiras bibliotecas dos colégios jesuíticos. É importante frisar que esses acervos, além de catequéticos e de caráter colonizador, eram de uso particular dos religiosos. A leitura dos educandos era exercida através das cartilhas manuscritas pelos padres e sem o contato direto com os materiais originais. Ainda é válido relembrar que na época era proibido a impressão de livros na colônia, o que dificultava ainda mais o acesso dos estudantes.

Os padres escreviam esses manuscritos didáticos, chamados de cartapáciros, sobre os livros e materiais de seus acervos pessoais, e entregavam aos educandos como se fossem apostilas de estudos. Os cartapáciros eram avaliados e analisados pela Corte, que poderia censurar o material se encontrasse algo considerado inapropriado. Os jesuítas também produziam textos reflexivos e críticos sobre as relações do Estado Português com o Brasil Colônia, o que contribuiu, posteriormente, na perseguição dos jesuítas pelo Estado Português.

Dentre as produções jesuíticas, destacava-se as do Padre Antônio Vieira, conhecido por seus sermões polêmicos, costumava criticar a Inquisição, o Protestantismo, os religiosos que não cumpriam com a missão de catequização, e ainda defendia o fim da escravização dos

⁸ Direito concedido pelo Papa ao rei para administrar, inclusive financeiramente, os assuntos de ordem religiosa nas terras descobertas.

⁹ Cerca de 80% dos colonos eram analfabetos (Válio, 1990).

indígenas. As ideias do Padre Antônio Vieira incomodaram os senhores de engenho e donos de escravos do Brasil Colônia, o que resultou na expulsão do religioso. De volta a Portugal, o padre jesuíta também incomodou a Inquisição, que o perseguiu por acusações de heregia e o prendeu por cerca de um ano. Após a libertação, o Padre Antônio Vieira partiu para Roma para pregar sobre os abusos da Inquisição Portuguesa, e passou o fim de sua vida revisando os seus sermões em Salvador (Brandino, 2022).

Além das bibliotecas jesuíticas, a elite colonial também construiu acervos próprios, com livros trazidos de viagens à Europa ou contrabandeados. Nesse contexto, Oliveira e Souza (2020) ressaltam que os padres jesuítas também atuavam como professores particulares, sendo contratados por membros da elite colonial, para instruir e educar os colonos. Alguns padres realizavam empréstimos, somente de materiais de cunho religioso, para esses educandos das elites, mas de forma controlada para não ter dispersão dos livros.

Ainda como forma de controlar a circulação dos livros na colônia, o Governo Provincial determinou que quando um padre morresse deveria ser feito um inventário nas residências onde o religioso atuou como professor particular, para buscar e localizar livros que estivesse em posse dos educandos. Cabia ao próprio Governo Provincial a tomada de decisão sobre o destino desses livros, que poderiam permanecer na residência do estudante ou retornar ao acervo em que pertencia (Silva, 2008).

No século XVII, a partir do desenvolvimento da instrução e da educação no Brasil Colônia, principalmente da elite alfabetizada, grupos associados à aristocracia, como filhos de senhores de engenhos, de servidores públicos e de criadores de gados começaram a custear a importação de livros, além de também trazerem materiais em suas bagagens nas viagens que faziam à Europa para estudar, assim, aumentando os acervos particulares da elite colonial.

Oliveira (2019) destaca que o desenvolvimento das bibliotecas escolares no Brasil Colonial foi marcado pelas divisões de classes sociais, gerando um Regime Informacional comandado pela Igreja e pela Coroa Portuguesa. Além disso, a educação era restrita para alguns grupos, bem como também a educação oferecida a cada grupo divergia de acordo com os interesses do Estado Português e da Igreja.

Nessa conjuntura, para os filhos de portugueses, brancos e pertencentes à elite, era oferecida a educação formal, abordando diversos campos do conhecimento, de modo que pudesse ser estendida para os estudos superiores (Oliveira; Souza, 2020). Aos filhos de portugueses pobres, era oferecida uma educação básica, precária e apenas para a alfabetização e instrução religiosa. Aos indígenas era oferecida uma educação precária,

catequética e preparatória para o batismo, com aulas nas igrejas e nos engenhos onde eram escravizados. Ainda menciona-se que os negros eram vistos como mercadoria, e em razão disso, não recebiam nenhum tipo de instrução ou educação.

A Coroa portuguesa e os jesuítas possuíam divergências políticas e ideológicas, expressadas principalmente nos sermões e textos críticos produzidos pelos padres. Portugal ainda incomodava-se e cobiçava o capital econômico da Companhia de Jesus. Além disso, os ideais iluministas franceses, aos quais o Estado Português tentava seguir, almejavam a construção educacional do homem burguês e não do homem cristão (Oliveira, 2019).

Nessa conjuntura conflituosa, em um contexto de Reformas Pombalinas, a Coroa passou a censurar e controlar os jesuítas, posteriormente os perseguindo e punindo-os e expulsando-os do Brasil Colônia. Com a saída dos padres jesuítas do cenário educacional, extinguiu-se o único sistema de ensino presente na colônia, e como medida de instalar um novo modelo educacional, Portugal implementou a Reforma Educacional de 1759.

Após a expulsão dos jesuítas, a Coroa preocupou-se em fechar todos colégios construídos e desenvolvidos pelos religiosos, resultando também no fechamento e abandono das bibliotecas jesuíticas. Oliveira e Souza (2020) destacam que as Reformas Pombalinas não aconteceram simultaneamente em Portugal e no Brasil Colônia. Mesmo com a implementação da Reforma Educacional em 1759, o Estado Português obteve o total controle da educação no território colonial somente depois de trinta anos, com a iniciação do modelo baseado nas Aulas Régias.

A implementação das Aulas Régias deu-se através das influências dos ideais iluministas, ambicionando um sistema educacional laico. Mas ressalta-se que mesmo com as Aulas Régias, outros grupos religiosos não jesuíticos, como Franciscanos, Carmelitas e Oratorianos, ainda mantiveram-se no Brasil Colônia e continuaram atuando ativamente nos colégios, contribuindo com a resistência das primeiras bibliotecas desenvolvidas no território colonial.

As Aulas Régias possuíam um modelo de educação diferente dos desenvolvidos pelos religiosos. As aulas eram ministradas nas casas dos professores, ou seja, não havia a necessidade de construção de escolas, e consequentemente de bibliotecas escolares. Os professores eram escolhidos pelo Diretor Geral dos Estudos¹⁰, que também desempenhavam o papel de fiscalizar as aulas e os conteúdos estudados, assim, atuando como censor. Em razão

¹⁰ Cargo nomeado pelo Rei.

das aulas residenciais, pontua-se o crescimento das bibliotecas particulares e o abandono das bibliotecas dos colégios religiosos.

Esse novo modelo de ensino era ofertado para a pequena elite colonial, destaca-se que aos poucos a Corte deixou de preocupar-se com a alfabetização dos filhos de portugueses pobres e mestiços, enquanto os indígenas foram praticamente dizimados pela escravidão e pelas doenças do colonizador, e os negros continuavam a serem vistos como mercadoria. Assim, desenvolvia-se a educação branca, portuguesa e elitista no Brasil Colônia, garantindo o controle da informação, e consequentemente do conhecimento e da construção da memória do país, nas mãos da elite colonial.

3.3 O Movimento Escola Nova

No início do século XIX a educação brasileira ainda tinha fortes influências dos modelos religiosos e das aulas régias, com um sistema precário e excludente das camadas mais pobres. O governo Imperial não enxergava necessidade na educação para o desenvolvimento das forças produtivas (Oliveira; Souza, 2021), ou seja, não considerava lucrativo investir na educação das classes menos favorecidas e trabalhadoras.

Em razão disso, o Império incumbiu às Provincias, através do Ato Adicional de 1834, o papel de elaborar, organizar e desenvolver o ensino público. As divergências de desenvolvimento econômico das Províncias, resultaram na criação de sistemas de educação diferentes. As províncias mais ricas conseguiram elaborar espécies de redes educacionais mais regulares, enquanto as mais pobres ficaram estagnadas.

Com inspiração nos ideais iluministas, no final do século XIX, os setores progressistas começaram a preocupar-se com as demandas sociais (Oliveira; Souza, 2021). A educação passou a ser discutida, nos campos políticos e filosóficos, como um fator importante para o desenvolvimento econômico e social do país, mostrando a necessidade de ampliar o ensino público e obrigatório.

Nesse contexto, também discutia-se que para a formação de um povo brasileiro livre, era necessário desenvolver a cultura do voto. Alguns políticos, como Rui Barbosa, defendiam a formação do cidadão-eleitor através da junção do trabalho com a educação, como elemento obrigatório para instaurar o pensamento político-econômico liberal contrário às oligarquias conservadoras.

Em 1889, com a Proclamação da República, o novo sistema de Governo, formado e apoiado por liberais, tentava desvincilar-se da imagem escravocrata e agrária das

oligarquias regionais do Império. No campo da educação, a República Velha renunciava o sistema elaborado no antigo regime, e pensava em modernizar a educação com novas práticas de ensino focadas na alfabetização dos eleitores, ambicionando tirar o poder das mãos das oligarquias, criando cidadãos trabalhadores em um contexto urbano e industrial. Assim, houve uma ampliação das escolas públicas no país, entretanto, a nação brasileira continuava agrária e controlada pelas oligarquias e pelo sistema de voto de cabresto.

No início do século XX, enquanto a Europa e os Estados Unidos faziam descobertas significativas e avançavam na ciência, o Brasil passava por conflitos políticos que culminaram no fim da República Velha. No campo da educação, o país começava a discutir mudanças em seu sistema educacional em razão das influências do Movimento Escola Nova, explicado por Menezes e Santos (2001) como:

[...] um movimento de educadores europeus e norte-americanos, organizado em fins do século XIX, que propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional. Também conhecida como Educação Nova, a Escola Nova tem seus fundamentos ligados aos avanços científicos da Biologia e da Psicologia. Pode-se afirmar que, em termos gerais, é uma proposta que visa a renovação da mentalidade de educadores e das práticas pedagógicas (Menezes; Santos, 2001, p. 1. *apud*. Oliveira; Souza, 2021, p. 5).

O Movimento Escola Nova fortaleceu-se no Brasil, em 1924, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE)¹¹. Mas foi com o início da Era Vargas, que o Escolanovismo se consolidou no país. Em 1931, ocorreu a IV Conferência Nacional de Educação, evento ao qual as discussões sobre os rumos do sistema educacional do país influenciaram a criação, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi um documento redigido por Fernando de Azevedo, com a contribuição de intelectuais e educadores, como Lourenço Filho, Cecília Meireles e Anísio Teixeira, e entregue ao governo provisório de Getúlio Vargas (Castro; Luft; Weyh, 2019). O documento, com o título de *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*, continha propostas de mudanças educacionais baseadas no Escolanovismo, defendendo a educação pública, gratuita, obrigatória, laica, mista e igualitária.

De acordo com Castro, Luft e Weyh (2019), os Pioneiros propuseram um sistema de educação que focava nos interesses do indivíduo, e não os da classe dominante, pensando em

¹¹ A Associação Brasileira de Educação foi criada por um grupo de estudiosos, intelectuais e profissionais de ensino, liderados pelo professor Heitor Lyra da Silva, e vinculados à Escola Politécnica. O grupo almejava mudar as práticas pedagógicas de ensino no país, em busca de melhorar o precário sistema vigente (ABE, 2023).

práticas pedagógicas para atender as necessidades dos educandos, levando em consideração as individualidades de cada aluno. Entre as décadas de 1930 e 1940, os trabalhadores eram majoritariamente migrantes das regiões rurais, não acostumados com a rotina industrial e urbana. Assim, notava-se a necessidade de uma educação capaz de não somente instruí-los no trabalho fabril, mas também de inseri-los aos contextos da sociedade industrial-urbano.

Em razão do cunho democrático e progressista do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), em um contexto de Era Vargas, as propostas do documento não foram adotadas, mas o manifesto não deixou de ser um marco significativo da educação no país. As ideias apresentadas pelos Pioneiros serviram de influência para o desenvolvimento do modelo educacional brasileiro, principalmente o do sistema público.

Os ideais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) também influenciaram a volta das bibliotecas escolares no país. A partir da concepção da educação voltada para a ciência e a técnica, surgiu a necessidade da implementação de escolas renovadas, com didáticas e equipamentos adequados. É nesse contexto que os Pioneiros caracterizaram a biblioteca escolar como equipamento pedagógico complementar no desenvolvimento da educação brasileira (Oliveira; Souza, 2021).

3.3.1 As bibliotecas escolanovistas

No contexto de Era Vargas, os estados mais ricos, como São Paulo e Rio de Janeiro, impulsionaram avanços significativos na área da Biblioteconomia, principalmente em relação à educação do campo e à organização de bibliotecas. Sobre isso, Vidal (2014) pontua:

Os anos 1930 inauguraram um período fértil nos canteiros da Biblioteconomia brasileira. Em 1929, foi implantado o Curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie, em São Paulo. Em 1931, reaberto o Curso da Biblioteca Nacional, extinto em 1922, após 7 anos de funcionamento. Em 1936, criada a Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Escola de Biblioteconomia a ela vinculada, que, em 1940, foi transformada, após um ano de inatividade, em Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política (Vidal, 2014, p. 198).

Esses avanços fomentaram mudanças na concepção do profissional bibliotecário. No final da década de 1930, foi criado o Conselho Bibliotecário, a Associação Paulista de Bibliotecários (APB), e a regulamentação do ingresso na profissão através de concurso e apresentação de diploma. Em meio às influências do Movimento Escola Nova, os progressos no campo da Biblioteconomia combinaram-se com as iniciativas da área da Educação, na

implementação de escolas renovadas, com a presença de bibliotecas como dispositivos complementares.

A combinação da Biblioteconomia com a Educação, fortaleceu-se a partir de ações de reformas educacionais. No Rio de Janeiro, em 1928, o diretor geral da Educação, Fernando de Azevedo, impôs a obrigatoriedade de cada escola ter uma biblioteca para os professores e outra para os estudantes. Em razão das reformas educacionais, importantes bibliotecas surgiram no país, chefiadas por intelectuais e educadores brasileiros. Durante o período das reformas educacionais de Anísio Teixeira, educador e secretário da Educação no Rio de Janeiro, surgiu a Biblioteca Nacional Central de Educação, dirigida por Armando de Campos, e a Biblioteca Infantil, da mesma instituição, dirigida por Cecília Meireles. Paralelamente, em São Paulo, nascia a Biblioteca Pedagógica Central, normatizada pela reforma do educador Lourenço Filho, e sob responsabilidade de Achiles Raspantini. Com a administração de Mario de Andrade no Departamento de Cultura, também inaugurou-se a Biblioteca Infantil Municipal¹², em São Paulo, gerida por Lenyra Fraccaroli.

Referente à organização das bibliotecas escolares, Vidal (2014) pontua que os professores e diretores das escolas dependiam das contribuições de associações de pais e mestres, de auxílios do município e de doações de livrarias e editoras. Além disso, a guarda da biblioteca era incubida à estudantes escolhidos pela instituição. Outrossim, o comando da biblioteca era escolhido pela direção da escola, o cargo poderia ser ocupado por um professor ou diretor, que também ficava responsável pela seleção de livros para compor os acervos.

Em relação à avaliação dos acervos das bibliotecas, ressalta-se que, trimestralmente, o profissional responsável pela biblioteca recebia ajuda dos alunos para elaborar uma estatística dos livros preferidos pelos discentes, e entregava o levantamento para a Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA. Porém esses relatórios não contemplavam sugestões de títulos ou temáticas de interesses dos educandos, ou seja, eram apenas um mapeamento do movimento do acervo já existente e disponibilizado pela biblioteca.

O processamento técnico dos livros dos acervos das bibliotecas escolares deveria seguir o sistema da Biblioteca Central de Educação. Para isso, os professores encarregados das bibliotecas, recebiam, através de revistas pedagógicas, orientações sobre como organizar e catalogar os livros, assinar revistas e buscar doações (Vidal, 2014). Para a prática pedagógica, os educadores eram instruídos a desenvolverem ações que envolvessem a leitura, como a narração de histórias e a criação de clubes de leitura.

¹² A partir de 1955 passou a ser denominada Biblioteca Infantil Monteiro Lobato.

Em meio ao contexto do plano nacional-desenvolvimentista de Vargas, os escolanovistas defendiam as reformas na educação como elemento essencial para o desenvolvimento de um Brasil moderno e industrial. Nessa conjuntura, o Governo Vargas apoiou a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O INL objetivava o desenvolvimento cultural do Brasil através de medidas que envolvessem a literatura, como ações de barateamento da edição e importação de livros no país. De acordo com Oliveira e Souza (2021), o Instituto Nacional do Livro preocupou-se com a criação e assistência técnica de bibliotecas públicas, mas não conseguiu fomentar políticas para esses dispositivos. Além disso, destaca-se que as bibliotecas públicas receberam direcionamento para atuarem como complemento da educação brasileira (Gugliotta, 2019. *apud*. Oliveira; Souza, 2021), assim, assumindo o papel que deveria ser direcionado às bibliotecas escolares.

O INEP surgiu com a função de auxiliar nas pesquisas, estudos e avaliações do ensino no país. Nesse sentido, a avaliação, feita através de métodos estatísticos, contribuiu com o mapeamento da situação precária do sistema educacional brasileiro. Os relatórios avaliativos favoreceram a discussão acerca da criação e desenvolvimento de políticas e práticas pedagógicas, sob influências escolanovistas, de melhorias na área educacional, como o fortalecimento da concepção das bibliotecas escolares como dispositivos complementares nos processos de aprendizagem dos estudantes.

As influências e ideais escolanovistas, juntamente com os progressos nos campos da Biblioteconomia e da Educação, corroboraram para quem em São Paulo, em 1936, o número de bibliotecas escolares infantis chegasse a 440. Mas é importante frisar que o desenvolvimento das bibliotecas deu-se de maneira desigual no país, semelhantemente ao período do Império, as regiões detentoras de maiores poderes econômicos conseguiram desenvolver dispositivos de complemento à educação de maneira mais eficiente, enquanto as regiões mais pobres mantiveram-se estagnadas.

Ademais Lourenço Filho (1945) ao atribuir as bibliotecas escolares as funções de estimular, organizar e coordenar a leitura, através de práticas de orientações e sugestões que possibilitasse melhores recursos de organização, exemplifica a noção escolanovista de biblioteca escolar como um equipamento pedagógico complementar, ainda sem as atribuições de uma instituição cultural, social (Oliveira; Souza, 2021), e com possibilidade de ser um lugar de construção e preservação da memória.

Com o passar dos anos, enquanto o Movimento Escola Nova ia perdendo forças, os contextos políticos e econômicos do Brasil resultaram na volta do descaso com as bibliotecas escolares. As instituições de ensino públicas, apesar de avanços impulsionados pelos escolanovistas, desenvolveram-se de forma precária e desigual por todo o país. A maior parte das escolas públicas não conseguiram formar bibliotecas, algumas criaram salas de leitura improvisadas. Assim, as bibliotecas escolares voltaram a ser negligenciadas e abandonadas pelo Estado e pela sociedade.

3.4 A biblioteca escolar no Brasil no final do século XX e início do século XXI

Após os avanços ocorridos durante o escolanovismo, as bibliotecas escolares passaram por um período de esquecimento, enquanto as bibliotecas públicas foram direcionadas para assumir o papel de dispositivo complementar na educação do país. As bibliotecas escolares voltaram a ser vistas como um elemento importante na educação, somente no final do século XX, em razão de programas e projetos criados com o objetivo de colaborar com o progresso educacional brasileiro.

Em 1985, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o mais antigo programa nacional para distribuição de livros didáticos, realizou uma edição em seu decreto com mudanças significativas, como a extensão da oferta aos estudantes de 1º e 2º série de escolas públicas e comunitárias, contribuindo para a difusão dos livros didáticos nas instituições de ensino público do país. Entretanto, sete anos depois, limitações de orçamento começaram a fazer o PNLD recuar na distribuição dos livros, restringindo o atendimento a alguns segmentos educacionais. Somente a partir de 1995, o Plano Nacional do Livro Didático voltou, de maneira gradativa, a universalizar a distribuição dos livros didáticos (Brasil, 2021).

Além do PNLD, na década de 1990, foram criados outros projetos que auxiliaram diretamente com a Educação no país, e indiretamente com as bibliotecas escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), a qual tinha como principal objetivo garantir um sistema educacional gratuito e de qualidade para toda a população, contribuiu para a reabertura de discussões sobre os papéis das bibliotecas escolares nos processos de ensino-aprendizagem.

Em 1997, nasce o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com a finalidade de promover o acesso à cultura e incentivar a leitura através da distribuição de livros. O programa atende escolas públicas de educação básica que estão cadastradas no Censo Escolar. Atualmente o PNBE atua distribuindo materiais em três vertentes: A primeira é

através do PNBE Literário, distribuindo e avaliando livros compostos por textos em prosas, em verso, livros de imagem e quadrinhos. A segunda chama-se PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdos metodológicos e didáticos. Por último, há o PNBE do Professor, que faz distribuição e avaliação de obras teóricas e metodológicas, para apoiar as práticas pedagógicas dos educadores (Ministério Da Educação, [201-?]).

Apesar da criação e implementação desses programas e projetos, Viana (2014) chama a atenção para o fato de que nenhuma dessas iniciativas possui o foco principal nas bibliotecas escolares, e sim na distribuição de livros e na promoção da leitura. O PNBE, embora tenha em sua denominação o termo *Biblioteca*, ao resumir suas ações em distribuição de livros, exclui a necessidade de um espaço biblioteca e suas funções como um ambiente de aprendizagem. Para contemplar práticas de ensino-aprendizagem seria necessário que o Programa Nacional Biblioteca da Escola, também incluísse medidas que abrangessem o desenvolvimento de acervo, mediações de informação, leitura e cultura, e práticas pedagógicas e lúdicas que contribuíssem com a apropriação dos saberes, de modo que possibilitasse a formação e fortalecimento do espaço biblioteca escolar (Souza, 2023).

A concepção de biblioteca escolar como um espaço de ensino e aprendizagem começa a fortalecer-se a partir de 1999, com o Manifesto da Biblioteca Escolar. Documento elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), apresentado e aprovado na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Manifesto, coloca a biblioteca escolar como parte integrante indispensável dos processos educacionais, com os objetivos de:

Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola; desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida; oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento; apoiar todos os estudantes na aprendizagem e práticas de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos; prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões; organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade; trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável ao exercício da democracia; promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor (IFLA, 1999, p. 2-3).

O Manifesto ainda trata de questões referentes a aspectos dos profissionais e dos acervos das bibliotecas escolares, em relação às legislações, financiamentos e redes para o cumprimento de sua missão (Paiva; Duarte, 2015). A missão das bibliotecas escolares é apontada no documento como a promoção de serviços de apoio à aprendizagem e livros a toda a comunidade escolar, garantindo a possibilidade de tornar os membros da comunidade pensadores críticos e usuários efetivos da informação (IFLA, 1999). Assim, nota-se que o Manifesto influenciou na retomada das discussões sobre as funções das bibliotecas escolares, bem como ampliou o conceito de biblioteca escolar, incluindo em seus objetivos questões sociais e culturais.

Fragoso (2002) evidencia que a biblioteca escolar deve possuir função educativa, atuando como instrumento de auto educação, praticando ações que instruam e fortaleçam o uso, manuseio e consulta da informação e da biblioteca, além de motivar a busca pelo conhecimento, e incentivar hábitos de leitura. O autor ainda acrescenta que as bibliotecas escolares também possuem função cultural, atuando na complementação da educação formal, viabilizando, principalmente através da leitura, oportunidades de ampliação dos conhecimentos e ideias sobre o mundo, possibilitando a construção dos sujeitos nos contextos do universo cultural.

Referente aos papéis culturais das bibliotecas escolares, ressalta-se que esses dispositivos também atuam como espaços de memória. Dentre as funções das bibliotecas, está a preservação do conhecimento, cultura e patrimônio da sociedade. Castro (2006) afirma que as bibliotecas possuem a missão de preservar o conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido no passado, mas no ímpeto de possibilitar, através desses materiais, o acesso a esse passado. Assim, garantindo que o cidadão tenha direito à sua memória cultural.

Em relação ao acesso ao acervo e leitura dos documentos, é indispensável relembrar que as bibliotecas inicialmente eram restringidas à uma parte pequena da sociedade, a que detinha maiores poderes econômico e sociais. Assim, a leitura era para poucos e usada como símbolo de poder. Sobre a leitura, Eduvirges (2012) *apud*. Veloso *et al.*, (2014) diz que:

A prática da leitura combate a ignorância, é uma atividade de inserção sociocultural na sociedade, no mundo globalizado, aqueles que dominam a leitura, que têm o hábito de ler constantemente e sabem interpretar o que ler, conseguem evitar a alienação e de ser manipulado pelos outros. (Eduvirges, 2012. *apud*. Veloso *et. al.*, 2014, p. 94).

A biblioteca escolar possui, dentre as suas funções, o incentivo a leitura e sua mediação, através de processos de descobertas e liberdades, envolvendo técnicas lúdicas e pedagógicas, de maneira que proporcionem aos estudantes a possibilidade de aprendizados prazerosos (Marçal *et. al.*, 2014). Além disso, as bibliotecas escolares obtendo êxito nas suas atividades, que envolvam a leitura, conseguem auxiliar os estudantes a avançarem em seus estudos e aprendizados, contribuindo com a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, assim como objetivado no Manifesto da Biblioteca Escolar (1999).

Pieruccini (2004) expõe que a biblioteca escolar trata-se de um *dispositivo complexo*, ao qual é:

Constituído por elementos heterogêneos: arquitetura e ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdos materiais e imateriais, responsáveis por sobrepor significados aos significados por elas guardados, construindo-se elementos de sua natureza (Pieruccini, 2004, p. 45).

Para Pieruccini (2004) esses elementos heterogêneos resultam na biblioteca como um *dispositivo complexo*, que gera uma *ordem*. Essa *ordem* possibilita incorporar significados à biblioteca. Nesse contexto, pode-se destacar a importância de entender a biblioteca como um lugar de possibilidades de formação intelectual e sociocultural de sujeitos, em um contexto complexo de Era da Informação, através de relações entre os estudantes e o universo dos signos (Souza, 2023).

Retomando as medidas do Estado para o desenvolvimento das bibliotecas escolares, menciona-se a Lei 12.244/10, aprovada em 2010, que previa a universalização das bibliotecas escolares (Ribeiro *et al.*, 2014), e determinava que todas as instituições educacionais brasileiras, públicas e privadas, deveriam criar esforços progressivos para constituírem uma biblioteca escolar adequada às suas funcionalidades. Entretanto, a efetivação desse processo era prevista para até 2020, e infelizmente as instituições do país não conseguiram cumprir o prazo. Em razão disso, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei PL 4003/20, que amplia o prazo para a universalização das bibliotecas escolares para até 2024.

A Lei da universalização das bibliotecas configura-se na efetivação de esforços desencadeados na década de 1990, pelos profissionais da área de Biblioteconomia. Porém, a Lei também trouxe algumas reflexões e críticas sobre a sua estrutura (Souza, 2023). Destaca-se que Lei denomina biblioteca escolar como um conjunto de materiais, como livros e documentos videográficos, destinados à pesquisa, estudo e leitura, assim, nota-se uma

noção de biblioteca escolar apenas com significado de acervo, sem levar em consideração o seu papel de dispositivo educacional, cultural e social.

Ressalta-se ainda, sobre a universalização das bibliotecas escolares, a desigualdade observada nos ambientes educacionais públicos e privados. Em razão da falta de recursos, as instituições de educação pública estão sofrendo inúmeras dificuldades para tentar adequar-se à Lei 12.244/10, evidenciando que a desigualdade na qualidade de ensino pode ser exemplificada pelas problemáticas das salas de leitura ou depósitos de livros que deveriam se transformar em verdadeiras bibliotecas.

Viana (2014) destaca que a Lei 12.244/10 evidenciou a luta solitária dos profissionais bibliotecários, e a falta de relações entre a biblioteca e a escola. A autora pontua a ausência de outras categorias, como os profissionais da Educação, na mobilização pela melhoria e garantia de direitos das bibliotecas escolares. Nesse contexto, de acordo com Hillesheim e Fachin (1999) a biblioteca escolar não deve ser compreendida como um apêndice do colégio em qual está situada, mas deve ser entendida e aceita como um núcleo ligado ao planejamento pedagógico da instituição, colaborando com o processo e formação educacional dos estudantes.

As discussões acerca da Lei 12.244/10 exemplificam o momento atual em que as bibliotecas escolares brasileiras se encontram. Avanços significativos foram alcançados através da luta dos profissionais bibliotecários, mas ainda há batalhas no caminho para o reconhecimento e implementação das bibliotecas escolares como espaços educacionais, sociais e culturais, inclusive atuando ativamente na preservação e construção da memória cultural, indispensáveis para a construção dos cidadãos brasileiros.

4. A CENSURA NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

4.1 A interferência da censura nas bibliotecas escolares

A censura fez-se presente durante a história da humanidade, com períodos e contextos em que manifestou-se de maneira mais forte e explícita. Percebe-se, ao analisar a cronologia, as ações censuradoras moldando-se de acordo com as necessidades de controle informacional. Apesar dos avanços democráticos significativos, nota-se que a censura sobreviveu, disfarçou-se e se alastrou com práticas implícitas (Oliveira; Castro, 2017), em ambientes aos quais a mesma deveria ser combatida.

O dispositivo biblioteca escolar deve atuar de maneira colaborativa com a formação intelectual, social e cultural dos sujeitos, através da garantia de assegurar plenamente, e efetivamente, o acesso, o uso e a apropriação da informação, e consequentemente, da memória e do conhecimento. Assim, a biblioteca escolar possui dentro de suas funcionalidades, ser um ambiente pautado nos alicerces da democracia, contribuindo com os processos de ensino-aprendizagem dos cidadãos.

Entretanto, observa-se práticas censuradoras em bibliotecas escolares, tanto de maneira explícita, quanto de forma implícita. As ações explícitas são mais fáceis de serem percebidas, em razão da semelhança das práticas com atos já vivenciados historicamente, como a retirada de materiais do acervo por questões referentes às temáticas abordadas, de maneira similar com atos ocorridos durante períodos de regimes ditatoriais e autoritários. As ações implícitas, a identificação torna-se mais difícil, por motivo de tratar-se de uma censura velada, como o ato de não permitir que os usuários tenham acesso pleno ao acervo, direcionando-os somente ao que é conhecido e aprovado pela instituição.

Oliveira e Castro (2017) pontuam que há algumas formas de censura identificadas ao longo da história, as quais deixaram vestígios nas práticas e mecanismos das instituições informacionais. Dentre os tipos de censura, os autores destacam a prévia, utilizada para centralizar a sociedade, através do controle ideológico. A censura prévia impõe restrições, normalmente a partir de documentos oficiais, governamentais ou institucionais, bloqueando qualquer tipo de manifestação não condizente com os sistemas aplicados por quem está no poder, governamental ou institucional, impedindo os sujeitos de terem acesso à ideologias que possam contribuir com a discordância nos sistemas de poder, ou seja, impossibilitando que os sujeitos tenham liberdade de pensar.

Ainda menciona-se a censura punitiva, vinculada à censura prévia, como detentora do papel de oprimir ações e sujeitos contrários às ideologias do sistema e de quem está no poder, ou ainda, que manifestam-se contrários à censura prévia. A punição é um ato de calar o que incomoda (Berg, 2002. *apud*. Oliveira; Castro, 2017), seja através de torturas e mortes, como nos casos dos sujeitos ditos subversivos durante o período de Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), ou a partir de ações mais sutis, fazendo uso da exclusão e da animosidade para impedir manifestações e sujeitos contrários às ideologias dominantes.

Em relação à censura prévia, podemos observar nas bibliotecas escolares práticas instauradas pelas instituições, e aplicadas pelos profissionais bibliotecários, através de regimentos, regulamentos, normas e políticas, que restringem o acesso, e por conseguinte o uso e apropriação, da informação pelos usuários estudantes. Nesse contexto, a censura punitiva também mostra-se aliada para garantir a continuidade dos atos de censura prévia praticados nos elementos que constituem a biblioteca escolar.

Pieruccini (2004) diz que as bibliotecas escolares são dispositivos, cuja *ordem* informacional é semiológica. A articulação entre os elementos que a constituem resultam em signos, linguagem, narrativa, ou seja, são, ao mesmo tempo, materialidade e discurso. Portanto, os *dispositivos* além de disponibilizarem a informação, também produzem significados. A autora chama atenção para as situações institucionais que configuram a *ordem* discursiva como monológica: “Nessas instituições, dado seu caráter autoritário implícito, há uma repartição nítida entre quem fala e quem apenas ouve, quem manda e quem obedece, quem define as regras e quem as deve apenas aceitar” (Pieruccini, 2004, p. 58).

Com essa *ordem* discursiva monológica o dispositivo biblioteca escolar caracteriza-se por um ambiente autoritário, burocrático, inflexível e fechado, com possibilidades de atuação da censura para manutenção dessas conjunturas. Pieruccini (2004) propõe, como alternativa, a ordem discursiva dialógica, em busca da construção de um dispositivo com natureza aberta e flexível¹³, corroborando com o cumprimento das funções educativas, e consequentemente, “a construção de sujeitos, de conhecimento e cultura” (Pieruccini, 2004, p. 59).

Constantemente, é atribuída às bibliotecas a função de disseminar a informação, mas ao mesmo tempo esses dispositivos adotam regras e normas que coibem a disseminação das informações. Assim, as bibliotecas, incluindo as escolares, podem aderir a práticas que

¹³ Através de ações que envolvam os elementos heterogêneos do dispositivo, como o espaço informacional, a linguagem informacional, o repertório informacional, a linguagem documentária, práticas de gestão e práticas pedagógicas e culturais. IN: PIERUCCINI, I. A **ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>. Acesso em: 19 jul. 2023.

configuram-se em atuação censuradora, quando a ideia de oferta não é devidamente problematizada. O trabalho dentro das bibliotecas comumente está baseado em rotinas e padrões, estabelecidos pela área da Biblioteconomia e pelos regimentos institucionais que, face à adoção de modelos e concepções, sejam estes conservadorismo ou difusionista, são aceitos com normalidade mesmo que tenha-se vestígios de censura.

Embora as bibliotecas não estejam mais sob domínio de governos autoritários, ainda existem ações, dentro desses dispositivos, que demonstram resquícios de censura, através de direções e gestões administrativas, institucionalizadas e centralizadoras (Oliveira; Castro, 2017). Nesse contexto, Schütz (2012) destaca que os atos autoritários explícitos diminuíram conforme os avanços democráticos, porém as ações de adaptação fortaleceram-se, passando a ser confundidas com a liberdade.

Essa adaptação é destacada por Oliveira e Castro (2017) como uma condição problemática, em que gerações se conformam às normas e regras, sem questionamentos, subordinando-se a práticas rígidas, excludentes e punitivas conforme a *ordem* do dispositivo. A adaptação contribui significativamente com a censura implícita, cobrindo o peso das ações censuradoras com a imposição da ideia tradicionalista de seguir as renomadas, e bem aceitas, normas e regras, criadas e estabelecidas pela área da Biblioteconomia e pelos regimentos das instituições.

4.2 Organização e tratamento da informação

Durante a história da humanidade diversos fatos, como o avanço da tecnologia, contribuíram para o que chamamos de Era da Informação, a qual há uma crescente na produção e acúmulo informacional, o que evidenciou a necessidade de organização da informação. Sobre isso, pode-se dizer que a área da Biblioteconomia, e mais recentemente a da Ciência da Informação, tem construído mecanismos e instrumentos que contribuem para que seja possível lidar com o grande fluxo informacional, bem como também organizar as informações para que elas sejam passíveis de serem recuperadas, acessadas e usadas.

Guimarães (2009) diz que a organização da informação é “um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado” (Guimarães, 2009, p. 106. *apud*. Costa; Lunardelli, 2021, p. 388), que possui como objetivo tornar a informação acessível para atender comunidades e suas especificidades, de acordo com os contextos dos usuários. Como método de disponibilizar a informação, há a representação da informação, que busca descrever os conteúdos temáticos e descritivos dos objetos informacionais.

Assim, a representação da informação divide-se em representação temática, descrevendo os conteúdos; e a representação descritiva, que descreve informações do documento, como autor e título. Fujita (2003) postula a organização da informação como o processo referente ao tratamento da informação, de maneira intelectual, utilizando a representação descritiva e a representação temática, a partir de operações como catalogação, indexação e classificação.

Aguiar (2012) afirma que as transformações ocorridas pelas tecnologias da comunicação formaram uma sociedade altamente tecnológica, em que as crianças e jovens entram em contato muito cedo com diversos recursos informacionais. Nessa esfera, a internet possibilitou o rápido e fácil alcance das crianças e jovens às informações, entretanto, a falta das competências informacionais pode dificultar a assimilação e apropriação dessas informações. Pacheco (1998) diz que as crianças possuem a característica de buscar, de maneira ativa, entender o mundo a sua volta, da mesma forma que cria interrogações sobre o desconhecido, além de aprender através das próprias ações e experiências, assim, organizando o seu próprio mundo.

Nessa conjuntura, bibliotecas escolares precisam instruir os estudantes, ainda na infância, ao aparato informational do mundo letrado, respeitando o desenvolvimento dos alunos, de acordo com a idade e especificidades de cada estudante (Campello, 2006. *apud*. Aguiar, 2012). O dispositivo biblioteca escolar deve auxiliar na construção das habilidades de lidar e apropriar-se das informações, de modo que os estudantes consigam, de maneira intelectual e crítica, buscar, selecionar e avaliar informações pertinentes, saber distinguir entre informação falsa e verdadeira, sintetizar e interpretar as informações, corroborando na construção de conhecimentos.

As bibliotecas escolares devem conhecer as necessidades e contextos de seus públicos e comunidades, a fim de conseguir efetuar ações que contribuam para a formação de sujeitos capazes de lidar com a informação, de educar com informação. Assim, auxiliando na formação de sujeitos críticos e autônomos na Era da Informação. Como primeiro passo, é necessário que as bibliotecas disponibilizem as informações, através de práticas de organização e recuperação da informação.

Entretanto, a adoção de certos padrões e normas durante os processos de tratamento da informação, como na catalogação, na indexação e na classificação, podem dificultar ou impossibilitar o acesso dos estudantes ao patrimônio cultural letrado. Dessa forma, ao invés da biblioteca disponibilizar e promover o acesso à informação, o dispositivo acaba por

estabelecer uma forma de censura, dado que não se estabelecem relações comunicativas entre o acervo e os sujeitos.

4.2.1 Catalogação em bibliotecas escolares e a censura prévia implícita

A catalogação tem como propósito a construção de catálogos com o intuito de recuperar a informação armazenada nos acervos (Machado, 2020). Corrêa (2008) também define a catalogação como:

processo essencial para a descrição e padronização das informações representadas, é construída a partir das regras que ofereçam o máximo de padronização e minimizem as interpretações individuais, procurando garantir a unicidade do item informacional representado e, ao mesmo tempo, sua universalidade (Corrêa, 2008, p. 20).

Assim, entende-se que a catalogação tem a finalidade de ordenar os documentos de maneira sistemática, adotando regras e padrões. Entretanto, essa padronização, com objetivo de minimizar as interpretações individuais, pode dificultar o acesso da informação para certos usuários. Ao não tornar possível a localização de documentos por causa dos padrões descritivos utilizados, que podem divergir dos padrões de busca do usuário, a informação torna-se inacessível.

Deve-se ressaltar, que assim como em outras instituições culturais, a catalogação em bibliotecas escolares busca disponibilizar a informação para os usuários. Para uma representação descritiva eficiente, os catalogadores devem ter conhecimento sobre o perfil e particularidades de seus usuários. No caso das bibliotecas escolares, o profissional precisa entender os contextos, necessidades e especificidades dos estudantes, além de levar em consideração os papéis e funções educativas, sociais e culturais do dispositivo biblioteca escolar.

O processo de catalogação ao não ser efetuado de maneira padronizada e inflexível pode viabilizar ações de censura. Em relação à censura explícita e prévia, pode-se exemplificar a ação de não catalogar algum material, por questões sobre o tema, autor ou outras especificidades do documento. A catalogação e outras formas de representação descritiva, devem ser vistas como possibilitadoras do diálogo inicial entre sujeitos e patrimônio cultural, atuando como meios de comunicação capazes de desvendar tesouros escondidos sob linguagens incompreensíveis ao público.

Catalogar de maneira errada, isto é, não adotar nenhuma norma, não levar em consideração os contextos e perfis dos usuários e da biblioteca escolar, ou ainda não representar todas as informações importantes, de acordo com as necessidades dos estudantes, pode configurar-se em censura implícita prévia. Em razão da representação descritiva errada, um documento pode perder-se no acervo, logo, informações podem ficar ocultas, e consequentemente indisponíveis, aos estudantes.

Para o desenvolvimento da catalogação, importantes estudiosos, como Anthony Panizzi, Charles Ammi Cutter, Shiyali Ramamrita Ranganathan contribuíram com o fomento das teorias e práticas de representação descritiva, que posteriormente serviram de influência e base para criação, em 1967, do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR). Com o desenvolvimento da área da Biblioteconomia e da tecnologia, o código passou por revisões, e sua última versão, o AACR2, tornou-se o conjunto de regras mais utilizado em bibliotecas para descrever o conteúdo contido nos documentos dos acervos.

Entretanto, as bibliotecas escolares possuem algumas problemáticas relacionadas a adoção do AACR2. Aguiar (2012) esclarece que a catalogação em bibliotecas escolares nem sempre é realizada por um profissional com formação em Biblioteconomia, em muitos casos, professores realizam a atividade. Nesse processo, o AACR2 pode ser usado de maneira equivocada, com informações importantes negligenciadas e não descritas, regras aplicadas em contextos errados e regras não normatizadas. Além disso, a representação descritiva de acordo com AACR2, possui símbolos e padrões de escrita que normalmente não fazem parte das competências informacionais dos estudantes. Assim, os processos de catalogação, utilizando o AACR2, podem acarretar em censura implícita prévia, em razão da ocultação de informações, que dificultam ou impossibilitam a busca pelo usuário nos catálogos, além de criarem barreiras na formação, visto que, a catalogação adequada dá consistência ao dispositivo e as aprendizagens sobre ele.

Destaca-se ainda, a existência do Recursos, Descrição e Acesso¹⁴ (RDA) concebido com base em uma estrutura teórica, voltada para o ambiente digital e mais abrangente que o AACR2 (Oliver, 2020). Pois de acordo com Assumpção e Santos (2013): “O AACR2 tornou-se defasado, pois sua estrutura está voltada para os catálogos com descrições em papel, muitas vezes, no formato de fichas” (Assumpção; Santos, 2013, p. 2). Porém a adoção e aplicação do RDA ainda parece distante para a realidade das bibliotecas escolares

¹⁴ Tradução livre de: Resource Description & Access.

brasileiras, em razão das problemáticas, como a falta de recursos financeiros, incubidas na *ordem* desses dispositivos.

Como alternativa para a aplicação de métodos de catalogação eficientes, isto é, que garantam a disponibilização da informação, e aprendizagens informacionais significativas, Campello (2010) propõe que as bibliotecas escolares devem pelo menos permitir recuperar documentos por título, autor e assunto, mas acrescenta que também deveriam possibilitar a recuperação por outros pontos de acesso, como por títulos de capítulos. Pimentel (2007) ainda destaca a importância dos perfis dos usuários, o acervo e os recursos disponíveis para planejar e aplicar representações descritivas adequadas aos contextos de cada biblioteca escolar, de modo que não se censure implicitamente e previamente as informações.

4.2.2 Indexação em bibliotecas escolares e a censura prévia implícita

Dentre as ações elaboradas pelos profissionais da Biblioteconomia para lidar com o acúmulo informacional, se sobressai a área da análise documentária e suas contribuições, como a Indexação, que de acordo com Chaumier (1980) trata-se de uma parte essencial do campo pois fica responsável por condicionar o valor de um sistema documentário. Pode-se resumir a indexação como um tratamento temático que faz uso de técnicas de análise e síntese para representação de documentos através da construção de índices (Silva; Fujita, 2004).

No processo de indexação os conceitos dos documentos são enumerados e representados por uma linguagem, a qual deve ser passível de recuperação (Fujita; Rubi; Boccato, 2009. *apud*. Araújo; Souza, 2012). Em relação às bibliotecas escolares, a indexação precisa ser adaptada para os contextos da biblioteca e dos estudantes, para tornar os documentos, e consequentemente a informação, de fácil recuperação.

Nesse contexto, menciona-se a leitura documentária como um importante processo durante a indexação, pois é a partir da leitura que o indexador começa a análise, identificando os conceitos do documento tratado, a fim de selecionar descritores. Ainda deve-se levar em consideração o papel da linguística documentária nos processos de leitura do indexador, principalmente na passagem da linguagem natural para a linguagem documentária. Cintra (1983) destaca a semântica, e seu foco no estudo dos signos, como elemento que deve ser analisado pelos indexadores, em razão dos mesmos trabalharem com a compreensão dos signos e seus significados da linguagem dos documentos e sua conversão para a linguagem documentária.

Em bibliotecas escolares, ao selecionar descritores que não fazem parte dos contextos dos usuários, ou seja, que não fazem parte do vocabulário e do nível de desenvolvimento dos estudantes, a biblioteca pode estar praticando um ato de censura prévia implícita, pois o uso de descritores inadequados impossibilita uma relação mais harmoniosa e autônoma entre os estudante e os repertórios disponibilizados. As falhas na passagem das linguagens naturais para as linguagens documentárias também podem dificultar os processos de recuperação da informação. Ao utilizar alguma linguagem documentária não comprehensível para os alunos, a biblioteca está criando dificuldades que podem ser interpretadas como censura prévia implícita, impedindo que os usuários consigam recuperar e acessar os documentos.

Farrow (1991) chama a atenção para a comprehensão do contexto cognitivo, como por exemplo identificar não somente os termos que estão presentes no documento, mas os que também fazem parte do contexto e visão de mundo do autor e de seus possíveis usuários. Ao realizar-se uma indexação somente comprehensível para a equipe bibliotecária, a ação configura-se uma barreira de censura prévia implícita, que além de dificultar a recuperação para os usuários, também usurpa a autonomia e atrapalha o desenvolvimento dos saberes informacionais dos estudantes.

Assim, nota-se que a indexação em bibliotecas escolares precisa estar alinhada aos contextos e desenvolvimento dos estudantes, devendo-se privilegiar descritores que façam parte do conhecimento de mundo dos usuários, bem como também capacitando-se os alunos para se apropriarem das linguagens documentárias aplicadas na biblioteca, sua importância e significado, condição à autonomia do estudante no dispositivo biblioteca escolar

4.2.3 Classificação Bibliográfica em bibliotecas escolares e a censura prévia implícita

A classificação bibliográfica pode ser compreendida como o ato de organizar os documentos, de modo que estruture a sua disposição física ou digital, assim, facilitando os processos de relação dos estudantes com os acervos e a recuperação da informação. Para essa organização, faz-se necessário o uso de estruturas classificatórias divididas em classes e subclasses, adotando sistemas de divisão, como separações por semelhanças ou diferenças (Araújo; Souza, 2012). Alguns métodos já foram criados, privilegiando-se categorias concretas¹⁵ ou abstratas que privilegiam gênero ou assunto dos documentos, tendo em vista

¹⁵ Tipologia física.

classificá-los e a organizá-los. Nesse contexto, destaca-se a Classificação Decimal de Dewey (CDD), talvez o sistema mais adotado em bibliotecas públicas e escolares.

Melvil Dewey criou a CDD com dez classes decimais, hierarquizadas e divididas em subclasses, diferenciando-se de outras classificações anteriores por atribuir numeração para os livros e não para as estantes, por dividir-se em assuntos específicos, e por conter um índice relativo. A partir da CDD, Paul Otlet e Henri La Fontaine criaram a Classificação Decimal Universal (CDU), composta por dez classes, cada uma dividida em dez divisões, cada divisão dividida em seções, e assim por diante, conforme a necessidade de especificar os conteúdos de cada documento e de cada biblioteca.

Ambas as duas classificações, CDD e CDU, ganharam notoriedade no campo da Biblioteconomia, e passaram a ser adotadas por diferentes bibliotecas, inclusive as escolares. Além disso, para ordenar a sequência das obras dentro de um mesmo assunto, Charles Ammi Cutter criou a *Tabela Cutter-Sanborn*, cuja função é sobrepor um segundo ornamento, a partir dos sobrenomes dos autores. Com base nos modelos de sobrenomes ingleses, a *Tabela Cutter* estabelece uma estrutura a partir da categoria “autor”, com representação da inicial do sobrenome, seguida de uma sequência numérica, normalmente construída a partir das três primeiras letras do sobrenome do autor, e por fim a inicial do título principal do documento. A tabela Cutter também foi disseminada e amplamente utilizada em diversas bibliotecas pelo mundo, juntamente da CDD ou da CDU.

As bibliotecas escolares, assim como outros dispositivos informacionais, adotaram a CDD ou a CDU e a tabela Cutter. Entretanto, não levaram em consideração o fato de que essas classificações podem ser bastante complexas para os estudantes, principalmente para as crianças. Araújo e Souza (2012) dizem que sistemas de classificação como CDD e CDU, são feitos para adultos, e normalmente compreendidos somente pelos profissionais bibliotecários, em razão das formalidades com símbolos e números.

A experiência de tentar buscar documentos, ordenados por classificações decimais e tabelas, pode ser uma tarefa complicada para qualquer usuário adulto, que normalmente precisa recorrer a ajuda de um profissional bibliotecário para localizar o documento requisitado. No contexto das bibliotecas escolares, o uso de classificações decimais, como o uso da CDD e suas classificações 028 e 028.5¹⁶, e tabelas, como a Cutter-Sanborn, podem configurar-se em censura prévia implícita, em razão das barreiras impostas, pelos símbolos e

¹⁶ 028 corresponde à literatura infantil na CDD e 028.5 corresponde à literatura juvenil na CDD. Ainda é comum encontrar nas bibliotecas escolares o acréscimo do i, de infantil, em 028, e o acréscimo do j, de juvenil, em 028.5, assim, é possível encontrar documentos classificados em bibliotecas escolares como: 028i e 028.5j.

códigos de classificação, que dificultam e desestimulam os estudantes a acessarem as informações e a usarem a biblioteca, por serem ininteligíveis a eles.

As bibliotecas escolares costumam ser o primeiro contato das crianças e jovens com instituições de informação, cultura e memória. As censuras prévias implícitas, como o uso das classificações formais para adultos, podem provocar sentimentos variados, dentre os quais o de não pertencimento a esse universo especializado da biblioteca, aspecto que implicaria em desinteresse e falta de incentivo ao uso desses ambientes, com reflexos na descontinuidade em participar das bibliotecas no decorrer da vida adulta, comprometendo diretamente o cumprimento das funções educativas, culturais e sociais das bibliotecas escolares na formação de sujeitos críticos e imersos na Era da Informação.

Nesse contexto, as bibliotecas escolares precisam desnaturalizar os usos das ferramentas bibliotecárias, atentando-se para indispensáveis adaptações que tornem sistemas e métodos comprehensíveis para os estudantes. Como uma alternativa para a problemática, há a Classificação Bibliográfica em Cores (que normalmente tem como base a CDD), que simbolizam os assuntos, para facilitar a identificação de áreas bibliográficas passíveis de serem exploradas pelos estudantes. Pinheiro (2012) pontua a Classificação Bibliográfica em Cores como forte aliada na recuperação da informação pelos jovens, pois possibilita a imersão no mundo lúdico da leitura através do elo da linguagem visual com a busca nas estantes.

Ademais, é imprescindível que a biblioteca escolar propicie aprendizagens do sistema pelos estudantes, por meio de acompanhamento cuidadoso de práticas exploratórias que gerem dúvidas, curiosidades, perguntas a serem esclarecidas, sistematicamente. As medidas educativas devem ser planejadas e aplicadas respeitando a idade e desenvolvimento dos alunos, de modo que a biblioteca consiga desenvolver a autonomia e os saberes e fazeres dos estudantes, colaborando com a facilitação da recuperação da informação, e consequentemente, com a apropriação do conhecimento.

4.3 Censura por temática

As práticas de censura explícita são mais fáceis de serem identificadas, como o expurgo de materiais em razão de assuntos controversos. Nas bibliotecas escolares a censura de documentos em consequência das temáticas pode nascer da própria biblioteca, em forma de autocensura, da instituição em que a biblioteca está inserida e das famílias dos estudantes. Todos esses elementos, biblioteca, escola e família possuem relações significativas entre si,

de modo que podem contribuir ou prejudicar o dispositivo biblioteca escolar no cumprimento de suas funções educativas, culturais e sociais.

Embora a democracia tenha avançado, observa-se vestígios dos ideais de regimes autoritários e fascistas na sociedade, reproduzidos nas instituições de ensino e em seus dispositivos, como nas bibliotecas. Documentos com diferentes temáticas podem ser controversos e polêmicos, de acordo com os contextos e vivências da biblioteca, da instituição de ensino e das famílias dos estudantes. Entretanto, documentos que tratam sobre educação sexual, sexualidade, identidade de gênero, racismo, religiões de matriz africana e feminismo, comumente sofrem mais com a censura explícita, em razão desses assuntos serem considerados impróprios e até mesmo subversivos por aqueles que ainda flirtam com o autoritarismo, o conservadorismo e o facismo.

Nesse sentido ressalta-se que a censura explícita fere diretamente o direito à memória cultural. Castro (2006) expõe o fogo como elemento principal da destruição de livros e bibliotecas durante a história da humanidade, como a Destrução Biblioteca de Alexandria (48 a.C) e a Queima de livros na Alemanha Nazista (1933). O autor evidencia que o fogo destrói o patrimônio material e imaterial, e consequentemente, a memória da humanidade. Essa destruição articula-se a outras formas de controle da sociedade, pois o sujeito sem memória torna-se simbolicamente fraturado, sem as referências necessárias que lhes possibilite decidir, conscientemente, sobre os passos de sua vida pessoal e os rumos da sociedade (Pieruccini, 2023).

Apesar dos avanços democráticos, os livros e as bibliotecas sofrem com a censura explícita de materiais em razão da temática, com a não inclusão de certos documentos, ou através da retirada de títulos. O fogo deixou de ser o elemento principal de destruição de documentos e instituições, porém, as novas formas de censura queimam simbolicamente as informações, o conhecimento e a memória cultural da humanidade. Assim, as ações de censura temática explícita nas bibliotecas escolares criam bloqueios nos processos de ensino e aprendizagem, e hiatos culturais geradores de incompREENsões acerca de lógicas que regem o mundo e a vida.

As bibliotecas escolares precisam incorporar materiais que podem compor os seus acervos, seguindo políticas e diretrizes, conforme preconizados pela Biblioteconomia, que atendam a princípios de diversidade cultural ampla, tendo em vista possibilitar o confronto de ideias e a interculturalidade, além de atender demandas das instituições de ensino. Geraldo e Pinto (2019) ressaltam a compRENSão das necessidades dos usuários como importante fator para incorporar políticas de desenvolvimento e seleção de acervo. No caso das bibliotecas

escolares, deve-se levar em consideração os perfis e contextos dos estudantes, respeitando o desenvolvimento e a idade desses grupos.

As políticas de seleção de acervo precisam ser flexíveis e estarem em constante atualização, considerando-se processos de análise de uso, qualidade e valor, além de preocupar-se com a censura ética (Vergueiro, 1989. *apud*. Geraldo; Pinto, 2019). Nesse contexto, as bibliotecas escolares devem levar em consideração as questões éticas das funcionalidades do dispositivo, disponibilizando repertórios documentais adequados, e de maneira democrática, para as necessidades dos usuários.

Em 1939, foi votada a primeira versão da Declaração de Direitos da Biblioteca, pela American Library Association (ALA), com objetivos de pautar as bases das atividades bibliotecárias na liberdade intelectual e na luta contra a censura de materiais. Vergueiro (1987) destaca que a Declaração de Direitos da Biblioteca constituiu a política oficial à garantia de liberdade para todos usuários terem acesso e lerem os documentos que desejam, sem sofrer com intervenções ou pressões de pessoas, grupos e instituições. A Declaração de Direitos da Biblioteca diz que todas as bibliotecas são fóruns de informações e ideias (Vergueiro, 1987), com políticas e serviços guiados por:

- I. Livros e outros materiais de biblioteca devem ser providos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a ser servida. Nenhum material deve ser excluído por motivos de origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuíram para sua criação.
- II. As bibliotecas devem prover materiais e informação que apresentem todos os pontos de vista com relação a fatos históricos e correntes. Os materiais não devem ser proibidos ou removidos por razões de desaprovação doutrinal ou partidária.
- III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de prover informação e esclarecimento.
- IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos preocupados em resistir à restrição da livre expressão e livre acesso às ideias.
- V. O direito de um indivíduo ao uso de uma biblioteca não deve ser negado ou reduzido devido à sua origem, idade, antecedentes ou pontos de vista.
- VI. As bibliotecas que tornam acessíveis, ao público que servem, espaços e salas de reuniões, devem deixar tais facilidades acessíveis em bases equitativas, independente das crenças ou afiliações de indivíduos ou grupos que solicitem seu uso (ALA, 1980. n.p. *apud*. Vergueiro, 1987, p. 23).

Vergueiro (1987) menciona que a Declaração de Direitos da Biblioteca surgiu no importante contexto do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cujo término culminou em um período de ameaça à liberdade intelectual, em razão dos ideais anticomunistas. Nos Estados Unidos, o Governo considerava subversivo e comunista qualquer manifestação contrária à suas estruturas e que atentasse contra a sua ordem. Assim, as bibliotecas, por causa de suas funções de disponibilizar informações e conhecimento,

tornaram-se alvo de investigações, com foco nos conteúdos dos documentos dos acervos. No Brasil, no contexto de Era Vargas, o anticomunismo também alastrava-se e atingia as bibliotecas, incluindo as escolares, com os expurgos de materiais contrários ao governo.

Nesse contexto, a ALA, com base na Declaração de Direitos da Biblioteca, defendia a liberdade intelectual, protestando contra as investigações às bibliotecas e aos bibliotecários¹⁷, alertando que as perseguições intimidavam os profissionais, controlavam o pensamento e atrapalhavam o cumprimento dos serviços das bibliotecas (Vergueiro, 1987). Essa conjuntura propiciou, posteriormente, a Declaração sobre Liberdade de Leitura, criada a partir da aliança da ALA com o Conselho de Editores. A Declaração sobre Liberdade de Leitura tinha como objetivo a promoção da liberdade intelectual, e deixava claro que as bibliotecas, e os bibliotecários, não possuem responsabilidade e nem sempre concordam com conteúdos tratados nos documentos disponibilizados nos acervos.

A seleção de acervo mostra-se peça fundamental no cumprimento, de maneira democrática, das funções das bibliotecas. Entretanto, tais instituições devem preocupar-se com a autocensura durante os processos de análise e adoção de valoração dos documentos. A autocensura normalmente ocorre quando a biblioteca, e os profissionais que nela atuam, utilizam as opiniões pessoais para decidir se um documento deve ou não ser inserido no acervo, sem levar em consideração a missão institucional e os perfis e necessidades dos usuários. Asheim (1980) destaca a diferença entre censor e seletor: o primeiro trabalha buscando as razões pelas quais um documento não deve entrar no acervo, privilegiando características que podem ser problemáticas; enquanto o segundo atua procurando os motivos pelos quais o documento deve entrar no acervo, dando ênfase nas qualidades do documento.

Em casos de autocensura em bibliotecas escolares, o dispositivo apoia-se em práticas atreladas ao censor, buscando motivos que justifiquem posicionamento ideológico para que documentos com certos conteúdos não sejam incorporados ao acervo. As bibliotecas escolares são espaços de informação, cultura e memória, com funções educativas, razão pela qual precisam trabalhar com as questões de ensino-aprendizagem, que implicam em incorporar materiais aos processos de desenvolvimento educacional dos estudantes. Logo, os acervos também precisam suprir as necessidades dos estudantes para além do currículo pedagógico escolar, colaborando para a construção dos sujeitos ativos e conscientes das dimensões culturais e sociais que permeiam a sociedade.

¹⁷ Na época, nos Estados Unidos, tornou-se comum investigações sobre a vida pessoal dos bibliotecários. Além disso, o governo queria exigir que os profissionais jurassem fidelidade à Constituição Norte-Americana, e não atuassem em instituições consideradas comunistas e de esquerda (Vergueiro, 1987).

A autocensura na seleção de acervo nas bibliotecas escolares comumente está associada a tentativas de evitar problemas, principalmente com a instituição educacional em que a biblioteca está inserida, e com os pais dos estudantes. A biblioteca escolar reconhece, em seu contexto e vivências, as temáticas e conteúdos que podem ser considerados inadequados pelas famílias dos alunos e pela escola, o que pode leva-la a atuar como censora, impedindo a inserção de certos documentos ao acervo.

As bibliotecas escolares respondem às instituições educacionais em que estão inseridas, submetem as decisões sobre seleção de acervo normalmente pelo crivo da escola, que interfere na decisão final sobre quais materiais devem ou não entrar no acervo, além de exigir a retirada de documentos em ocorrências problemáticas. Destaca-se que em contextos de bibliotecas escolares particulares, as famílias dos estudantes também intervém nos processos de seleção do acervo, atuando principalmente como censuradores, em razão de questões de cunho ideológico.

É importante que as famílias dos estudantes conheçam os acervos que são disponibilizados para pesquisa, estudo e leitura de seus filhos, nas bibliotecas, especialmente para compreender e compartilhar os repertórios que estão disponibilizados na formação das novas gerações, podendo discuti-los na comunidade escolar. Trata-se de um processo de formação coletiva, indispensável para à criação de trocas simbólicas entre gerações. A partir disso, imagina-se que é possível se ter liberdade de opinar sobre os documentos que são disponibilizados, minimizando-se atitudes que tendem a aplicação de censura de matérias que não agradam em razão da temática.

As posições extremistas particulares apoiam-se no incentivo e ideais reproduzidos pelo Governo. Nos Estados Unidos, grupos políticos conservadores de extrema direita lideram ações de censura em bibliotecas escolares e públicas, em que juntamente de grupos de famílias conservadoras, têm proibido títulos por todo país. A PEN America¹⁸, em um relatório de 2022, divulgou o número de 2532 casos de livros banidos em bibliotecas escolares e públicas nos EUA, no período de 12 meses. Ainda é apontado, no mesmo relatório, que a maioria dos títulos censurados são obras com personagens negros ou dentro de temáticas LGBTQIAPN+ (Menezes, 2022).

Embora o Brasil possua contextos políticos, econômicos e sociais diferentes aos dos Estados Unidos, o conservadorismo da extrema direita também tenta controlar as bibliotecas e seus acervos. Em 2020, na celebração do dia do bibliotecário, a Federação Brasileira de

¹⁸ Entidade estadunidense, sem fins lucrativos, criada em 1922, para defender e celebrar a liberdade de expressão e os Direitos Humanos nos Estados Unidos e no mundo (PEN America, s.d.).

Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) fez a campanha *Bibliotecas que não se calam*, com o objetivo de levantar debates sobre as bibliotecas como espaços democráticos de acesso à informação contra a censura. Durante a campanha, a FEBAB disponibilizou um formulário online, para que os bibliotecários, anonimamente, relatassem episódios de censura temática. Referentes às respostas, a maioria foram de bibliotecas escolares¹⁹, e expressavam que os expurgos aconteciam em razão de temas tidos como inadequados, com pressões por parte das famílias e da instituição educacional, como no exemplo a seguir divulgado pela FEBAB (2020):

“O livro da família” de Todd Parr apresenta as diferenças das famílias, abordando assuntos como adoção, diferenças raciais, culturais e sociais. Esse livro foi retirado da biblioteca pela pedagoga do Ensino Fundamental I sem qualquer explicação. Descobri posteriormente que algum responsável/pai de aluno questionou o empréstimo desse livro alegando que vai contra os valores da família tradicional por apresentar no livro uma família composta por casal homossexual. Até hoje o livro não voltou para o acervo e como bibliotecário não tive o direito ao diálogo (Relatos de censura..., 2020, n.p).

A censura de livros em bibliotecas escolares afeta diretamente o trabalho dessa instituição e o cumprimento de suas funções. A retirada de materiais com temáticas que desagradam os conservadores da extrema direita, como conteúdos sobre questões raciais, religiosas e LGBTQIAPN+, influenciam na formação cultural e social dos sujeitos, tornando-os despreparados para vivenciar e respeitar a diversidade, além de impactar diretamente a formação e a preservação da memória.

A realidade das bibliotecas escolares em relação à censura temática demonstra o cenário preocupante de impotência dos profissionais, do descumprimento da Declaração de Direitos da Biblioteca, de preconceitos e intolerância das famílias e da compactuação das escolas com opiniões conservadoras, reacionárias, autoritárias e fascistas. Essa conjuntura problemática, expõe a necessidade de abertura de diálogos na área para o planejamento e tomada de decisões que garantam o cumprimento das funções educativas, sociais e culturais das bibliotecas escolares.

¹⁹ A FEBAB (2020) divulgou que recebeu 37 relatos, sendo 15 de bibliotecas escolares, 10 de bibliotecas públicas, 10 de bibliotecas universitárias e 2 de bibliotecas especializadas.

4.4 As práticas restritivas e controladoras da informação

As bibliotecas escolares criam práticas cotidianas que atuam como forma de censura ao acesso de documentos, e também para sinalizar à própria biblioteca, e sua equipe, sobre possíveis interdições a determinados materiais. Campos com especificações no registro do documento podem ser adicionados, além de etiquetas, proibições de empréstimo ou ainda a dificultação, às vezes por excesso de burocracia, do uso do material (Oliveira; Castro, 2019).

A adição de campos específicos nos registros costuma estar associada à censura temática. Documentos com temas controversos e polêmicos podem ganhar especificações no registro durante o processamento técnico, em forma de autocensura. Ao catalogar materiais que podem ocasionar situações problemáticas com a escola e com as famílias, as bibliotecas escolares valem-se da estratégia de adicionar campos informativos no registro alertando tratar-se de documentos sob restrições. O alerta comumente acompanha o bloqueio de empréstimo pelo sistema; assim, quando o material não estiver disponível para circulação, ao se buscar no sistema o registro do material, será encontrado o informe sobre o possível problema, impedindo que o usuário realize o empréstimo

Outra maneira de informar a biblioteca, e sua equipe, sobre as restrições à circulação de documentos é o uso de etiquetas ou adesivos. A biblioteca adota as etiquetas com símbolos indicando o motivo pelo qual o documento pode ocasionar problemas com a comunidade escolar, de modo que facilite a identificação para a equipe da biblioteca, que pode liberar ou não o empréstimo do material. Essa prática configura-se em autocensura, uma vez que a própria biblioteca impõe mecanismos para dificultar ou impedir o acesso e uso de um material.

Vergueiro (1987) menciona que, em 1951, nos Estados Unidos, a organização *Filhos da Revolução Americana* declarou-se contrária à censura, porém tentou obrigar as bibliotecas a adotarem etiquetas nos materiais alertando os possíveis usuários sobre os conteúdos presentes em cada documento. Evans (1979 *apud*. Vergueiro, 1987) compara a prática com os avisos nos versos das embalagens de cigarro, usados para alertar os consumidores sobre os danos causados pelo consumo do produto. No caso das bibliotecas, as etiquetas informam aos usuários os possíveis perigos ao ler o material, retirando a liberdade de descobertas por si mesmo, e os condicionando à leitura de somente certos títulos, que podem variar de acordo com as experiências e contextos de cada usuário e do responsável pelo conteúdo exposto nas etiquetas.

Entretanto, nas bibliotecas escolares, as etiquetas não são aplicadas de forma que os usuários entendam e sejam alertados sobre os conteúdos dos documentos. As bibliotecas escolares utilizam símbolos, como círculos e triângulos, de diferentes cores, colados nas lombadas ou na quarta capa dos livros para indicar à equipe bibliotecária as restrições de circulação de cada material. Os usuários não são informados sobre o uso dessas etiquetas, e se questionarem, provavelmente a biblioteca irá esconder a real função dessa estratégia censuradora.

Com as pressões das famílias e da instituição educacional, a biblioteca sente-se impotente e acuada, e ao tentar evitar problemas e ao mesmo tempo tentar garantir o acesso ao material, adota a prática de uso do documento somente dentro da biblioteca, impedindo o empréstimo, impossibilitando que o estudante leve o material para casa, evitando o contato das famílias com o material. A garantia parcial de uso, isto é, a permissão de utilização apenas na biblioteca, também é uma forma de censura, pois não contempla livre uso do documento, causando barreiras na apropriação da informação, e consequentemente, do conhecimento.

Como forma de controlar e restringir a informação, bibliotecas escolares podem manter os seus acervos fechados, disponibilizando apenas os materiais pedidos, pelos usuários, e autorizados, pela instituição de ensino ou pela própria biblioteca. Almeida Junior (1996 *apud*. Oliveira; Castro, 2019) diz que a prática é defendida para evitar o furto de materiais, porém salienta que é a pior tentativa de resolução, pois controla a descoberta do acervo pelo usuário e intervém na busca e na ação de desvendá-lo, a partir de seus interesses, curiosidade e desejos. O acervo fechado também desmotiva o uso, em razão da falta de liberdade e do desconhecimento do usuário sobre a existência dos materiais.

O excesso de burocracia pode ser outro instrumento utilizado para censurar a informação. A burocracia tem a função de manter a organização através de regras e procedimentos dentro de sistemas, distinguindo as hierarquias e suas responsabilidades. No caso das bibliotecas, a burocracia mantém a *ordem* do dispositivo. Entretanto, Oliveira e Castro (2019) expõem que o excesso de burocracia pode criar empecilhos e dificuldades para o uso efetivo das bibliotecas. De acordo com os autores, a biblioteca precisa atentar-se à quantidade de regras e normas impostas ao usuário e as suas funcionalidades, preocupando-se em usar a burocracia para administrar mas não para vigiar ou punir o usuário.

Em bibliotecas escolares os usuários deparam-se com a burocracia de renovações de empréstimo e multas por atrasos e extravios de materiais. A opção de renovação de livros costuma ser oferecida pelas bibliotecas escolares, porém a ação normalmente não é realizada

de maneira online, obrigando o estudante a ir até a biblioteca com o material. Em algumas instituições, se o usuário não levar o documento e apenas pedir para renovar, a biblioteca não efetua a renovação. A aplicação de multas é exercida quando o usuário esquece de devolver ou renovar o documento na data correta. Em muitas bibliotecas escolares, os estudantes ficam impedidos de realizar novos empréstimos, ou renovar o documento atrasado, até efetuarem o pagamento da multa.

Esses empecilhos causados pelo excesso de burocracia são defendidos em prol da manutenção e preservação do acervo, mas as ações tornam-se medidas de censura punitiva, uma vez que o aluno fica impedido de usufruir do patrimônio existente na biblioteca como forma de puni-lo por ter esquecido a devolução ou renovação do documento e não ter efetuado o pagamento da multa. A censura punitiva ainda pode intimidar o usuário e desestimulá-lo a usar novamente os serviços da biblioteca, em razão das experiências burocráticas e punitivas vivenciadas.

As práticas de controle e censura da informação dentro da biblioteca escolar, tentam manter a *ordem*, as regras, normas e evitar problemas com as famílias e com a instituição educacional. Essas ações configuram-se em tipos de censura e fecham o diálogo com os usuários, escola e família, construindo e perpetuando um espaço autoritário e inconspícuo para a criação de um ambiente democrático.

4.5 Restrições no espaço informacional

A localização, a estética, o conforto, o mobiliário e a sinalização dos espaços informacionais podem apresentar-se como elementos de censura implícita prévia. Há escolas em que as bibliotecas estão localizadas em ambientes afastados, longe das salas de aulas e dos espaços de convivência dos estudantes. Essa distância em relação a outros espaços usados pelos alunos, propicia a ideia da biblioteca como um ambiente externo, sem ligação com os processos de ensino e aprendizagem vivenciados em outros ambientes. Assim, a biblioteca torna-se um espaço oculto, de difícil acesso, censurado implicitamente e previamente pela própria localização do dispositivo. A ocultação da biblioteca dentro da escola demonstra a falta de planejamento e de consciência da biblioteca escolar como um dispositivo educacional e informacional importante, facilmente acessível à comunidade escolar.

A estética, os móveis e o conforto também são elementos que podem contribuir com a autocensura na biblioteca escolar. Comumente encontra-se bibliotecas escolares em cores

neutras, com cadeiras e mesas para adultos, estantes altas, sem iluminação adequada, sem ventilação, sem sinalização, ou com sinalização de difícil compreensão para os estudantes, funcionando como autocensuradores, pois dificultam, inibem e desestimulam o uso pelos estudantes.

As bibliotecas escolares atendem principalmente crianças e jovens, que precisam de estímulos para envolverem-se nos processos de aprendizagem. A adoção de cores mais quentes, desenhos mais lúdicos nas paredes podem contribuir para a sensação de conforto e afetividade dos estudantes em relação ao espaço. Os móveis no tamanho adequado e respeitando as dimensões do local, isto é, dispostos no ambiente de maneira que conceda espaço suficiente para a movimentação das crianças e jovens (Pieruccini, 2004), também contribuem para tornar o ambiente mais confortável e convidativo. Além disso, a iluminação e a ventilação adequadas proporcionam o conforto do uso em qualquer momento do dia e temperatura.

A sinalização também é outro elemento essencial para tornar livre o acesso e uso da biblioteca pelos estudantes. A falta de sinalização, ou ainda a sinalização que lhes seja incompreensível, ou seja, a adoção de sistemas de sinalização inadequados aos contextos e perfis dos usuários, faz com que os alunos fiquem perdidos e confusos dentro do dispositivo, sendo, sobretudo modo de confundir e desinformar, condicionando os estudantes a necessitar de constante auxílio da biblioteca em seus processos de busca

4.6 Biblioteca escolar progressista

O termo Biblioteconomia Progressista (BP) surgiu, nos Estados Unidos, com a designação de contrapor-se às vertentes e aos modelos mais conservadores da área. O movimento guiou-se pelos ideais políticos e sociais progressistas estadunidenses, advindos do final da década de 1930, em um contexto de pós Grande Depressão. A Biblioteconomia Progressista defende a atuação crítica e ativa das bibliotecas, de modo que comprometam-se socialmente com a liberdade intelectual, o acesso democrático à informação e ao conhecimento (Oliveira; Castro, 2017).

Civallero (2013) explica que a Biblioteconomia Progressista atua com postura analítica e crítica sobre as realidades e relações sociais, culturais, políticas e econômicas que integram a biblioteca, os profissionais e os usuários. Assim, torna-se possível identificar os contextos, perfis de usuários e profissionais, e os problemas envolvidos no dispositivo

informacional. O autor ainda expõe que, após a análise, deve-se assumir condutas ativistas, para planejar a promoção de melhorias nas bibliotecas e em seus serviços prestados.

A Biblioteconomia Progressista busca opor-se às práticas e regimentos do cotidiano bibliotecário que dificultam o acesso à informação, ou seja, baseia-se no ideal da atuação contra a censura. Esse modelo progressista infere que as bibliotecas, e os bibliotecários, adotem postura de defesa da democratização do acesso e uso da informação, articulando e admitindo práticas com o usuário em destaque, relacionando-o com o patrimônio cultural, de modo que a biblioteca alcance os objetivos e funções de dispositivo formador de sujeitos.

De acordo com Oliveira e Castro (2017), a biblioteca que adota o modelo progressista atua fora da zona de conforto, em razão da análise crítica das práticas tradicionais e consolidadas da Biblioteconomia, em busca de mudanças que melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Os autores ainda chamam a atenção para as dificuldades encontradas ao tentar a adesão ao modelo progressista: “é interessante salientar que o progresso encontra barreiras devido às resistências pessoais de outrem, que devido a pensamentos e ideias, de cunho de retrocesso ainda buscam colocar condicionamentos aos seus sucessores” (Oliveira; Castro, 2017, p. 14).

Nesse sentido, mudar as práticas e os regimentos de bibliotecas é uma tarefa difícil, principalmente se houver profissionais que atuam há muito tempo no local, acostumados por anos a praticarem a rotina bibliotecária, tradicional e conservadora, normalmente ensinada por seus antecessores. Assim, esses profissionais apresentam resistência a modificações, mantendo-se fechados para o diálogo e para o progresso que facilitaria o cumprimento das funções da biblioteca na contemporaneidade.

No caso das bibliotecas escolares a adoção de postura progressista ainda encontra entraves com a instituição educacional a qual está inserida, e com as famílias dos estudantes. O modelo progressista implica em mudanças e adequações que precisam ser realizadas em conjunto e aprovadas pela comunidade escolar. As modificações demandam diálogo aberto com todos os envolvidos, planejamento, uso de recursos financeiros e humanos, testes e adequações. Todos esses elementos encontram barreiras ocasionadas pelas conjunturas históricas e culturais que formaram as bibliotecas escolares no Brasil.

O modelo progressista precisa levar em consideração os perfis e contextos dos estudantes, para planejar e colocar em prática mudanças e adequações de cor, ventilação, sinalização, conforto e mobiliário da biblioteca. Entretanto, se a instituição educacional não compreender os papéis do dispositivo informacional, e não estiver disposta a dialogar com a

biblioteca, bibliotecários e estudantes, os planos progressistas não conseguirão seguir adiante e serem implementados.

Os períodos de esquecimento e apagamento das bibliotecas escolares como elemento essencial nos processos educacionais na formação dos estudantes no país, contribuíram com a ideia de desimportância da instituição, de forma que o Governo, e consequentemente, as escolas e a sociedade, não enxerguem a necessidade de empregar recursos, financeiros e humanos, para o planejamento de melhorias. Além disso, a falta de foco nas bibliotecas escolares nos programas e projetos criados ao longo da história, como PNLD e PNBE, e a ênfase na distribuição de livros e promoção da leitura (Viana, 2014), colaboraram com a ideia de que a biblioteca escolar não possui funções culturais, sociais e não representam a possibilidade de ser um lugar de memória.

Nesse contexto, as adequações que as escolas precisam realizar para o cumprimento da Lei 12.244/10, deveriam proporcionar um espaço fértil para a inclusão da atuação progressista. Entretanto, além da luta solitária dos profissionais bibliotecários para o cumprimento da Lei (Viana, 2014), isto é, sem auxílio da área da Educação, as instituições educacionais ainda atuam de maneira apenas para cumprir o mínimo que a Lei determina. Corre-se o risco, portanto, de que as novas bibliotecas, nascidas sob os limites estritos da Lei 12.244/10, sejam criadas em moldes tradicionais de acervo de livros, sem planejamento bibliotecário, pedagógico, educacional ou cultural, essenciais à formação de seus estudantes.

As tentativas progressistas solitárias de bibliotecários em bibliotecas escolares conservadoras, e ainda não preparadas para as mudanças, acarretam em punições aos profissionais e aos usuários. Bibliotecários progressistas podem incluir títulos requeridos pelos estudantes, e adequados para o perfil desses usuários, sem a autorização da instituição educacional. Entretanto, se a comunidade escolar, e as famílias dos estudantes, considerarem as obras impróprias, não haverá abertura de diálogo com a biblioteca e os estudantes, os materiais simplesmente serão censurados e retirados do acervo.

O sistema de censura punitiva e burocrática também estende-se para as tentativas de implementação de projetos e programas culturais e sociais. A biblioteca escolar comumente depende da liberação da instituição educacional para colocar em prática ações culturais e sociais, e ainda precisa passar pela aprovação final das famílias dos estudantes, via de regra, sem conhecimento acerca do significado da biblioteca como instituição de formação cultural. Impera, ainda, a ideia limitada de espaço de guarda e oferta de livros e de leitura como ato individual e solitário. Dessa forma, atividades progressistas costumam sofrer com a censura preventiva por parte da escola. Com ou sem a aprovação da escola, ao serem considerados

inapropriados os projetos geralmente são interrompidos e descontinuados, afetando diretamente a biblioteca e os usuários, mesmo se estes estejam intelectualmente e culturalmente beneficiados.

Entretanto, apesar dos entraves que as bibliotecas escolares sofrem nas tentativas de adoção de postura progressista, o modelo apresenta-se como defensor democrático e emancipador, ao qual também está ligada à profissão do bibliotecário. Além disso, a ideia de biblioteca escolar progressista apresenta-se como forma de resistência para garantir as funções educativas, culturais e sociais na formação dos sujeitos. Assim, mostra-se necessário a abertura de diálogo, não apenas dentro da área da Biblioteconomia, sobre como o modelo progressista pode simbolizar o futuro das bibliotecas escolares, rompendo com a história problemática da formação do dispositivo no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas escolares possuem funções essenciais nos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, como instituições, ao mesmo tempo educacionais, culturais e sociais, e, consequentemente, essenciais à formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes. Nesse sentido, os diferentes tipos de censura apresentam-se como uma problemática a ser enfrentada, tendo em vista suas implicações nos processos de construção das relações dos sujeitos com o conhecimento uma vez que afetam o cumprimento dos papéis do dispositivo biblioteca escolar. A conjuntura da questão mostra-se complexa, uma vez que, está permeada por contextos históricos, culturais e políticos, que se misturam e se completam, atuando na tênue linha entre acesso e censura aos bens culturais.

A censura pode ser observada desde a Antiguidade, mas fortaleceu-se após a invenção da imprensa e a ascensão do cristianismo. No Brasil, a censura advém de fortes influências lusitanas, passando pela atuação da Inquisição e da Coroa Portuguesa para a manutenção do poder. Mesmo com a Independência e, posteriormente, com o fim do Império, a censura manteve-se presente, variando apenas as figuras de poder e os modelos de ações censuradoras. Na história do país houve momentos de intensificação da censura, como no Estado Novo (1937-1945) ou na Ditadura Militar (1964-1985), com atos explícitos, prévios e punitivos. Em alguns períodos a censura recuou, mas deixou vestígios e adaptou-se aos novos contextos, agindo de maneira mais velada.

As origens das bibliotecas escolares no Brasil estão entrelaçadas ao desenvolvimento da Educação no país. Aqui, a formação das bibliotecas escolares deu-se de maneira desigual, refletindo o desenvolvimento da educação brasileira, precária e excluente, construindo dispositivos fragmentados e pouco valorizados. Ao decorrer da história houve períodos que, impulsionados pelo Movimento Escola Nova, por avanços na área da Biblioteconomia, e pela criação de programas, projetos e leis, houve progresso nas bibliotecas escolares. Entretanto, a luta quase solitária dos profissionais bibliotecários, os longos períodos de esquecimento e abandono da biblioteca escolar, a falta de conscientização e de reconhecimento das instituições educacionais, acerca de sua essencialidade, sobretudo nos tempos atuais, ainda apresentam-se como empecilhos para o desenvolvimento pleno desses dispositivos educacionais e culturais.

A conjuntura problemática de formação que compromete a centralidade das bibliotecas escolares também perpassa pela censura. As bibliotecas em razão de seus papéis de dar acesso às informações e de promover o diálogo com o conhecimento e cultura,

tornaram-se ameaças para aqueles que tentam controlar e manter a inércia da ordem existente. No caso das bibliotecas escolares, a censura pode ser entendida como mecanismo para deflagrar ações de controle desde cedo, visto que, atingem diretamente crianças e jovens, durante os processos de desenvolvimento educacional, cultural e social, influenciando nos processos fragmentação simbólica que comprometem a constituição de sujeitos autônomos e críticos, com consequências sobre toda a sociedade.

Nota-se diferentes tipos de censura nas bibliotecas escolares. A forma de mais fácil reconhecimento é a censura explícita, exemplificada pelas ações de não inclusão ou expurgo de materiais em decorrência da temática que abordam. A censura explícita vincula-se a aspectos ideológicos, principalmente relacionados a questões de ordem política, sexualidade, etnia, gênero, religião, dentre outras. Nesse aspecto, comumente as bibliotecas escolares sofrem censura explícita da própria instituição educacional em que está inserida (sobretudo as particulares) e também das famílias dos estudantes, principalmente em razão daqueles que alinharam-se a programas reacionários de controle das liberdades de pensamento e de expressão. Além disso, as pressões advindas das escolas e familiares culminam na autocensura das bibliotecas escolares, que, por receio de punições, criam e fazem uso de ações prévias de proibições e restrições. Assim, através desses atos censuradores, torna-se possível perceber os resquícios da censura deixados pelos períodos mais sombrios da história do Brasil.

A censura implícita apresenta-se de maneira mais velada nas bibliotecas escolares, em razão da predominância da associação com as regras limitantes, padrões e normas da organização da informação e da linguagem especializada. A área da Biblioteconomia tem como um de seus principais focos a elaboração de mecanismos para facilitar a busca e recuperação da informação. Ao longo da história certos modelos ganharam destaque e passaram a ser adotados por diferentes dispositivos informacionais. Entretanto, seguir fielmente esses modelos, sem levar em consideração necessidades, possibilidades e limites dos grupos envolvidos, pode significar ato de censura. Nesse sentido, as bibliotecas escolares atendem crianças e jovens, sendo assim, devem fazer uso de regras, normas e padrões adequados aos contextos dos estudantes, respeitando a idade e desenvolvimento desses usuários, para que possam progressivamente apropriarem-se da ordem do dispositivo e, em consequência, da ordem do conhecimento organizado. Outrossim, uma das tarefas das bibliotecas escolares é propiciar meios de educar e viabilizar a construção de saberes e fazeres informacionais, o que inclui modelos de organização e disposição da informação empregados em sua configuração.

Como medidas de autocensura, as bibliotecas escolares criam e incorporam em sua rotina práticas restritivas, de censura prévia, tanto de forma explícita quanto implícita. Além de sofrerem com a censura explícita, como a retirada de livros por pressão da comunidade escolar, as bibliotecas adotam estratégias para incluir nos processamentos técnicos do acervo informações sobre materiais com circulação restrita. Essa autocensura é complexa, uma vez que se percebe a tentativa de preservar parte do acervo, ao mesmo tempo em que se cria barreiras e impõe-se previamente proibições à utilização e apropriação plena do patrimônio bibliográfico disponível.

As formas de censura encontradas nas bibliotecas escolares são métodos de controlar a informação e, consequentemente, o conhecimento. A censura nas bibliotecas escolares priva o acesso e a apropriação dos saberes, interferindo nos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes. Nesses termos, o direito à memória cultural também é negado pela censura, impedindo, assim, crianças e jovens, desde cedo, de conhecerem a história dos contextos em que vivem, tornando-os vulneráveis acerca das dinâmicas e rumos da sociedade. Ademais, a censura em bibliotecas escolares demonstra o quanto frágil é a democracia do Brasil, mostrando a necessidade de iniciativas que colaborem com o fortalecimento e manutenção das vias democráticas do país.

Nesse contexto, a Biblioteconomia Progressista surge como alternativa contrária às práticas de censura nas bibliotecas escolares, visto que, atua em oposição aos regimentos do cotidiano bibliotecário que dificultam o acesso e a apropriação da informação, do conhecimento e da cultura. Entretanto, a adoção do modelo progressista encontra barreiras, que implicam sair da zona de conforto, capacidade de lidar com dificuldades de comunicação com as escolas, famílias e estudantes, e a relutância a mudanças de profissionais bibliotecários que ainda não tenham compreendido que nessa esfera é preciso tomar posição: a Biblioteconomia não é neutra.

Assim, enfatiza-se a relevância de abrir diálogo, não somente dentro da área da Biblioteconomia, sobre as faces da censura na biblioteca escolar, adotando postura reflexiva e tomadas de decisão que possibilitem o pleno cumprimento das funções das bibliotecas escolares, colocando-as em posição de destaque na formação dos sujeitos críticos, conscientes e defensores da manutenção e fortalecimento da democracia.

Referências

- ABE - Associação Brasileira de Educação. **ABE**, 2023. Disponível em: <https://www.abe1924.org.br/quem-somos>. Acesso em: 09 jul. 2023.
- AGUIAR, N. C. Organização da informação em bibliotecas escolares: contribuições para a competência informacional infantil. **Bibl. Esc. Rev.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52235>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- ALGRANTI, L. M. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil d. João VI (1808-1821). São Paulo, 1997. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.
- ALMEIDA, M. G. A. A. de. Caça às bruxas: repressão e censura na interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945). São Paulo, 1997. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.
- ARAÚJO, F. A. N. G.; SOUZA, J. Classificação bibliográfica com o auxílio de cores para bibliotecas escolares. **Páginas A&B**, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n. 10, p. 2nd series. Nº 10 (2012), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63800>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- ASHEIM, L. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. 3/4, 1980. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44336>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-226, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106732>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- BRANDINO, L. Padre Antônio Vieira. **Infoescola**, 2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/literatura/padre-antonio-vieira.htm>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ministério da Educação**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,nomes%20e%20formas%20de%20execu%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 17 jul. 2023.
- CABRÉ, M.T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, v.24, n.5, 1995.
- CAMARGOS, M. M.; SACCHETTA, V. Procura-se Peter Pan.... São Paulo, 1997. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.
- CAMPELLO, B. S. et al. A universalização das bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=. Acesso em: 05 ago. 2023.

CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre o “Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41765>. Acesso em: 07 out. 2023.

CASTRO, M. B.; LUFT, H. M.; WEYH, C. B. O movimento escolanovista e a contribuição dos pioneiros da educação. **XXIV Jornada de Pesquisa**, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12383/11054>. Acesso em: 09 jul. 2023.

CHAUMIER, J. **Travail et methodes du/de la documentaliste**: connaissance du problème. Paris: ESF/Libraries Techniques. 1980.

CINTRA, A. M. M. Elementos de linguística para indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

CINTRA, A. M. et. al. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, I.M., org. **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo : FFLCH/CITRAT, p.17-22, 1996.

CIVALLERO, E. Aproximación a la Bibliotecología Progresista. **El Profesional de la información**, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.profesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

CONSTITUIÇÕES Brasileiras. **Senado Brasileiro**, [s.d]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituições-brasileiras#:~:text=5%C2%AA%20%2D%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201946&text=A%20Carta%20tamb%C3%A9m%20devolveu%20a.com%20mandato%20de%20cinco%20anos>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CORRÊA, M. V. G. DOPS. **Infoescola**, 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/dops/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CORRÊA, R. M. R. **Catalogação descritiva no século XXI**: um estudo sobre o RDA. 2008. 75f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2008.

COSTA, C. E.; LUNARDELLI, R. S. A. Organização da informação em bibliotecas escolares: em foco o processamento técnico. **5 COAIC**, Paraná, 2021. Disponível: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2021/coaic2021/paper/view/679/546>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FARROW, J. P. A cognitive process model of document indexing. **Journal of Documentation**, v. 47, n.2, p. 149-166, 1991.

FRAGOSO, G. M. Biblioteca na Escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em em: <https://revista.absc.org.br/racb/article/download/380/461>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Na pauta de discussão: seleção de acervo em bibliotecas públicas e escolares. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/45220/27681>. Acesso em: 13 ago. 2023

GUIM, V. L. R.; FUJITA, M. S. L. Bibliotecas escolares e as linguagens de indexação. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4 n. 2, n. 2, p. 75-93, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16997>. Acesso em: 06 ago. 2023.

HAGE, L.; LEMOS, C. Projeto amplia prazo para universalizar bibliotecas escolares. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/715994-projeto-amplia-prazo-para-universalizar-bibliotecas-escolares/>. Acesso em: 04 jul. 2023.

HILLESHEIM, A. I. A.; FACHIN, G. R. B. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem p. 64-79. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/64789>. Acesso em: 18 jul. 2023.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. [S.I]: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em 17 jul. 2023.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. São Paulo: IFLA, 1999. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JIMÉNEZ, C. Marcelo Crivela: STF proíbe censura de livros no Rio e dá recado contra discriminação. **El País**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html#?rel=mas. Acesso em: 11 jun. 2023.

KOBASHI, N. Y.; FRANCELIN, M. M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 1-24, 2011. Disponível em em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34792>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LARA, M. L. G. A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. In: LARA, M.L.G.; FUJINO, A. & NORONHA, D.P., orgs. **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Nectar, 2007. p.149-163.

LARA, M. L. L. G.; MENDES, L. C. Referências socioculturais nos sistemas de organização do conhecimento. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, v. 3, n. Especial, p. 26-44, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93403>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LIMA, S. Fundação Palmares bane autores como Celso Furtado e Câmara Cascudo. **Grupo Cult (UOL)**, 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/autores-banidos-pela-fundacao-palmares/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LIMA, V. M. A. **Terminologia para a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs)**: vocabulário controlado e tesouros. São Paulo. Apresentação em Power Point. 57 slides. color. Aula da disciplina de Linguística Documentária da Universidade de São Paulo, 2022.

LOURENÇO FILHO, M. B. Ensino e Biblioteca. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 6, n. 17, 1945. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1036/775>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LUCCHESI, M. A. S. O ensino superior brasileiro e a influência do modelo francês. **XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30355113.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MACHADO, R. B. **Aplicação do Resource Description and Access (RDA)**: Exemplos práticos para teses e dissertações. Rio de Janeiro: Interciênciia, 2020

MAIA, M. Censura, um processo de ação e reação. São Paulo, 1997. IN: TUCCI, M. L. (org). **Minorias silenciadas**: a história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2020.

MARÇAL, E. P. L. S. et al. Biblioteca escolar e a função de incentivar a leitura. In: ROSA, R.; ESTEVAM, H. M.; BESSA, J. N. (org.). **A biblioteca no contexto escolar**. Uberaba: IFTM, 2014.

MARTINO, A.; SAPATERRA, A. P. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. **Estudos Linguísticos**, 2006. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

MARTINS, A. L. Sob o signo da censura. São Paulo, 1997. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas**: a história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2020.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Biblioteca da Escola. [S.I.]: [201-?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MENEZES, T. EUA registram 1648 livros banidos das escolas em 12 meses. **Publishnews**, 2022. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2022/09/20/eua-registram-1.648-livros-banidos-e-m-escolas-nos-ultimos-12-meses>. Acesso em: 19 ago. 2023.

NEVES, D. República Populista (Quarta República). **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/republica-populista-1945-1964.htm>. Acesso em: 09 jun. 2023.

NEVES, L. M. B. P. Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). São Paulo, 1997. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.

NOVINSKY, A. Regimes totalitários e a censura. São Paulo, 1997. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.

OLIVEIRA, A. N. de.; CASTRO, J. L. de. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e a dignidade humana. **Páginas A&B**. S. 3, n. 7, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70207>. Acesso em: 11 mai. 2023.

OLIVEIRA, D. S. **Biblioteca escolar e regime de informação: a lei n.º 12.244/2010 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/14761/C%c3%b3pia%20de%20DISERTA%c3%87%c3%83O%20-%20DEBORA%20-%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jul. 2023.

OLIVEIRA, D. S.; SOUZA, E. G. de. Biblioteca Escolar no contexto das Reformas Liberais do Final do século XIX e início do século XX: Análises a partir do conceito de regime de informação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande v. 35, n. 01, p. 132-146, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12107/8875>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, D. S.; SOUZA, E. G. Esboço histórico da trajetória da biblioteca escolar no Brasil Colônia. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150705>. Acesso em: 02 jul. 2023.

OLIVEIRA, R. Censura de livros expõe "laboratório do conservadorismo" em Rondônia. **El País**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

PAIVA, M. A. M.; DUARTE, A. B. S. Contribuição das bibliotecas escolares no efeito das escolas relacionado à Prova Brasil - Leitura. **XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/42857>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PEN AMERICA. About us. **PEN AMERICA**, s.d. Disponível em: <https://pen.org/about-us/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PIERUCCINI, I. Andamento do tcc e correção [mensagem pessoal]. mensagem recebida por: thaynacarvalhogomes@usp.com.br. em 5 out. 2023.

PIMENTEL, G. **Biblioteca Escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

PINHEIRO, M. I. S. Classificação em cores: uma metodologia inovadora na organização das bibliotecas escolares do município de Rondonópolis-MT. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1981/2102>. Acesso em: 06 ago. 2023.

RIBEIRO, C. R. M. et al. A biblioteca escolar. In: ROSA, R.; ESTEVAM, H. M.; BESSA, J. N. (org.). **A biblioteca no contexto escolar**. Uberaba: IFTM, 2014. Disponível em: <https://iftm.edu.br/editora/publicacoes/download/Livro%20-%20A%20Biblioteca%20no%20Contexto%20Escolar.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

RIBEIRO, R. J. Prefácio: o direito de sonhar. São Paulo, 2020. IN: CARNEIRO, M. L. T. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.

RODRIGUES, N. Serviço Nacional de Informação (SNI). **InfoEscola**, 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/servico-nacional-de-informacao-sni/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, C. D.; LIMA, J. C. P.; SOARES, J. R. L. A influência dos ideais franceses sobre as diretrizes educacionais brasileiras: concepções, princípios e trajetórias. **Educação e Fronteiras On-line**, Dourados, v. 10, n. 28, 2020. Disponível em em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/download/13036/6382>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, D. N. Constituição de 1946. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/constituicao-de-1946.htm>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SILVA, L. A. G. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão particular da obra de Serafim Leite. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/4vfGN3vfcPfK4zxYVJxDFJN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2023.

SILVA, M. D. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, v. 16, p. 1-30, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217487>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SILVA, S. C. Gilberto Freyre, “O Pornógrafo de Recife”. São Paulo, 1997. IN: TUCCI, M. L. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.

SOUZA, L. V. **Biblioteca Escolar e formação de leitores**: uma relação a ser construída. 2023. Monografia (Graduação em Biblioteconomia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

TANUS, G. F. S. C. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432–457, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/109063>. Acesso em: 31 ago. 2023.

VALIO, E. B. M. Biblioteca Escolar: uma visão histórica. **Trans-in-formação**, v. 2, n. 1, 1990. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1670>. Acesso em: 01 jul. 2023.

VELOSO, C. G. R. et al. O papel da biblioteca escolar na sociedade contemporânea. In: ROSA, R.; ESTEVAM, H. M.; BESSA, J. N. (org.). **A biblioteca no contexto escolar**. Uberaba: IFTM, 2014.

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/266/266>. Acesso em: 13 ago. 2023.

VIANA, L. **Bibliotecas Escolares**: políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122014-094444/pt-br.php>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VIDAL, D. G. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HgC4YNNDTD49hv4Kj5Lr5CMf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VILLALTA, L. C. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. São Paulo, 1997. IN: TUCCI, M. L. (org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.